



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e eletrodomésticos destinados às cozinhas das unidades escolares da rede municipal de ensino, visando assegurar o adequado funcionamento das cozinhas e refeitórios, considerando a demanda contínua e diária pela preparação, armazenamento, conservação e distribuição da alimentação escolar, em conformidade com as normas sanitárias, operacionais e de segurança alimentar vigentes, de acordo com as especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 81.763,55 (oitenta e um mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Recebimento das propostas: até às **08:15 do dia 07.05.2026.**

Início da sessão de Disputa de Preços: **08:30 do dia 07.05.2026.**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: *Menor preço por item*

MODO DE DISPUTA: *Aberto*

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: *Sim*

- **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.**
- **AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.**
- **SERÁ ESTABELECIDO PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS LOCAL OU REGIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 28/2023 – PROGRAMA MUNICIPAL PROSPECAP.**

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br - Código UASG: 987489 – Capitão Leônidas Marques – Pr e [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/\(transparência/licitação\)](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/(transparência/licitação)), ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacaoclm@hotmail.com.

ATENÇÃO

- **PREVALECERÁ** a descrição constante no **TERMO DE REFERÊNCIA** do Edital.

- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 13 de abril de 2026

Gean Carlos Barea Schneider
Pregoeiro



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

Sumário

1.	DO OBJETO	03
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	03 a 05
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	05 e 06
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	06
5.	ABERTURA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	06 a 08
6.	DA FASE DE JULGAMENTO	08 a 10
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	10 e 11
8.	DOS RECURSOS	11
9.	DA PROPOSTA AJUSTADA E ENVIO DE DOC. COMP. DE HABILITAÇÃO	11 e 12
10.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	12
11.	DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL	12
12.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	12
13.	DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	13
14.	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	13
15.	CONDIÇÕES PAGTO, REAJUSTE, REEQUILIBRIO, FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO	13
16.	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	13
17.	CONDIÇÕES DE ASSINATURA, PRAZO/VIGENCIA/RESCISÃO CONTRATUAL	13
18.	DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO	14
19.	DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.....	14
20.	DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO	14
21.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	14 e 15
22.	TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I)	16 a 31
23.	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP (Apêndice do Anexo I)	32 a 43
24.	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (ANEXO II)	44
25.	DECLARAÇÕES UNIFICADAS (ANEXO III)	45
26.	DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO.....	46
27.	MINUTA DE CONTRATO (ANEXO V)	47 a 53



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

EDITAL

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026.

Processo Administrativo Nº 087/2026.

Solicitações Nº 073/2026.

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, Estado do Paraná, através do Departamento de Licitações e Contratos, por intermédio do Pregoeiro designado pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026**, com sede Administrativa na Av. Tancredo Neves, 502, realizará licitação, na MODALIDADE PREGÃO, na FORMA ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 385 de 11 de dezembro de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Recebimento das propostas: até às **08:15 do dia 07.05.2026.**

Início da sessão de Disputa de Preços: **08:30 do dia 07.05.2026.**

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 81.763,55 (oitenta e um mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

Observação: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a data de abertura da licitação será prorrogada no Comprasnet, sendo publicado o aviso de prorrogação, no sítio eletrônico utilizado para divulgação e também no Diário Oficial do Município.

1.DO OBJETO

1.1.A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e eletrodomésticos destinados às cozinhas das unidades escolares da rede municipal de ensino, visando assegurar o adequado funcionamento das cozinhas e refeitórios, considerando a demanda contínua e diária pela preparação, armazenamento, conservação e distribuição da alimentação escolar, em conformidade com as normas sanitárias, operacionais e de segurança alimentar vigentes, de acordo com as especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.

1.2. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observada às especificações constantes do Anexo I e demais condições definidas neste Edital.

1.3. Na proposta deverá constar o objeto de forma integral, sob pena de desclassificação da proponente.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

2.6. A licitação será **EXCLUSIVA** para a participação de ME/EPP, nos termos da Lei C. nº 123/2006 e suas alterações.

2.7. Será aplicada como regra neste certame a lei complementar municipal nº 01/2009, com as alterações trazidas pela Lei Complementar Municipal nº 28/2023 que concede tratamento favorecido às Micro e Pequenas Empresas e empresários individuais sediados no município de Capitão Leônidas Marques, e, aquelas que estejam sediadas na região conhecida como



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

“Região dos Lagos”, composta pelos municípios pertencentes ao consórcio Pro Caxias e do Baixo Iguaçu, quais sejam: Boa Esperança do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Nova Prata do Iguaçu, Planalto, Realeza, Salto do Lontra, São Jorge D'Oeste e Três Barras do Paraná, desde que comprovem tal condição através do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

2.7.1. Justificativa da aplicabilidade da Lei acima citada: Implementar a política pública denominada de “Compra Capitão”, promovendo o aumento da participação e da contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, sediada local e na região dos lagos, promovendo o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação e a tecnologia, preconizados no Art. 47 da Lei Complementar 123/2006. O que vai ao encontro com o acórdão 877/2016 do TCE/PR que definiu ser possível a aplicação da discricionariedade do município definir a região para efeito do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar 123/2006.

2.7.2. No presente certame será aplicada a **prioridade na contratação acima citada, após a fase de abertura de propostas e a realização da fase de lances**, verificando a localização da sede do vencedor da fase de lances, **conforme descrito no item 5.21 deste certame.**

2.7.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

I - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

II - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

III - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

IV - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

V - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

VI - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VII - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VIII - Agente público do órgão ou entidade licitante;

IX - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

IX.1. Justifica-se a não admissão de empresas consorciadas no presente certame, considerando que não é vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade, haja vista a gama enorme de pessoas jurídicas do ramo, objeto da contratação, que poderão concorrer no presente certame.

X - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

XI - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

XII - O impedimento de que trata o item IV será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

XIII - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens II e III, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

XIV - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

XV - O disposto nos itens II e III, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

XVI - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

XVII - A vedação de que trata o item VIII, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

XVIII - Sociedades cooperativas:

XVIII.1. Justifica-se a não admissão de empresas cooperativas no presente certame, conforme segue:

XVIII.2. Acerca das Cooperativas por sua vez atestamos que permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o



Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

3.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1.Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2.A presente licitação será exclusiva para a participação de ME/EPP, nos termos da L. C. nº 123/2006 e suas alterações.

3.2.1.Será aplicada como regra neste certame a lei complementar municipal nº 01/2009, com as alterações trazidas pela Lei Complementar Municipal nº 28/2023, conforme item 2.7. deste edital.

3.3.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.4.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1.está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2.não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3.não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4.cumpra as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.1.nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.7.A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2.os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12.O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1.valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.13.O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14.Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

✓ **I - Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas;**

✓ **I.1. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, prevalecerá a descrição constante no Termo de Referência/Anexo I.**

✓ **I.2. Poderá ser exigida amostra física dos produtos.**

✓ **I.3. A empresa DEVERÁ apresentar catálogo técnico, folder ou ficha de especificações do fabricante no momento do envio da proposta, contendo as principais características do produto ofertado, de modo a possibilitar a verificação da conformidade com as especificações deste Termo de Referência.**

✓ **II - Prazo de validade da Proposta, contados da data da abertura do Processo;**

✓ **III - Preço para fornecimento do objeto da presente licitação (unitário e total);**

III.1. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

✓ **IV - Prazo da entrega;**

✓ **V - Data, assinatura (s).**

4.1.1. Lembretes importantes:

1º - Ao anexar sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá informar seus dados (esta será analisada após a fase de lances), porém quando for lançar sua proposta que irá para análise antecedendo a fase de lances, não poderá ter dados que identifique o licitante sob pena de desclassificação.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas do Paraná e da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4.1. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$1,00 (um real) para itens de até R\$500,00; de R\$5,00 (cinco reais) para itens de R\$ 500,01 a R\$ 1.000,00; e de R\$ 10,00 (dez reais) para itens acima de R\$ 1.000,00.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a **itens não exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

5.21. Será assegurada a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local e na sequência no âmbito regional, conforme item 2.7, deste edital da seguinte forma:

5.21.1. Após terminada a fase de lances o pregoeiro verificará se a (s) ME/EPP (s) vencedora(s) do(s) item(ns)/lote(s) está(ão) sediada(s):

a) no âmbito local, conforme inciso I, do Art. 35-A da Lei Complementar 01/2009 e alterações trazidas pela Lei 028/2023 e, caso não esteja, aplicará de forma hierarquizada a prioridade de contratação a favor da empresa sediada no âmbito regional (região dos lagos) inciso II, do Art. 35-A da referida Lei, que ofertou o menor preço, desde que o preço desta (s) esteja dentro da margem de 10% em relação ao menor preço das não enquadradas nessas condições.

b) Em não havendo empresas locais ou regionais, em quantidade mínima de 03 (três) participantes no certame, será possibilitado na sequência, a participação de Micro e pequenas empresas sediadas em qualquer região do país.

5.21.2. Após os procedimentos acima descritos, o Pregoeiro irá convocar a primeira empresa assim enquadrada, para apresentação de nova proposta, inferior à melhor classificada, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito, passando à segunda empresa enquadrada na mesma condição para possibilitar a mesma oportunidade. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;

5.21.3. Em caso de dúvidas ou controvérsias, que não estejam especificados nos itens acima (5.21 até 5.21.2) serão observados os critérios determinados pelas leis pertinentes e aplicáveis;

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.2.1. Durante a fase de negociação, o licitante deverá participar efetivamente, lembrando da importância de suas respostas via chat, quando solicitadas, visto que, caso não se manifeste após dar lances para o referido item, nada poderá pleitear a seu favor, e, considerando também que devido ao seu lance, assim considerado último, foi interrompida/impedida a sequência de lances pelos demais participantes, que poderia incorrer em proposta mais vantajosa para a administração.

5.22.2.2. O tempo para manifestação no chat, e/ou intenção de propor novo valor, será de no máximo 05 (cinco) minutos da convocação.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

a)Sicaf;

b)Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c)Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2.A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3.Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3, de 2018, art. 29, caput)

6.3.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3, de 2018, art. 29, §1º).

6.3.2.O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3, de 2018, art. 29, §2º)

6.3.3.Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4.Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5.Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6. e 3.5 deste edital.

6.6.Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN Seges nº 73, de 2022.

6.7.Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1.contiver vícios insanáveis;

6.7.2.não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3.apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4.não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8.No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1.A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9.Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9.1.Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.9.2.Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.9.3.O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9.3.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

6.9.4.Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.9.5.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9.6.Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

6.10.Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1.Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.10.2.Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.10.3.No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.



6.10.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no **Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

7.1.1.1. Solicitamos que seja anexada a documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, embora conste do SICAF, para efeitos de celeridade ao processo, visto que são de suma importância quando da digitalização e importação para o portal da transparência

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, conforme modelo, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3, de 2018, art. 7º, caput).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73, de 2022, art. 39, §4º):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim



sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação. (art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015)

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, que deverão solicitar por meio do endereço eletrônico: licitacaorecursos@caplmarques.com.br

9. DA PROPOSTA AJUSTADA E ENVIO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, item a item ou um item por licitante, para que este anexe no sistema COMPRASNET, a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado, **no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação**. Para tanto, o pregoeiro fará uso de a ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.

9.1.1. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

9.1.2. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio dos e-mails: licitacaoelm@hotmail.com e/ou compras@caplmarques.com.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo (45-3286-8407). O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Capitão Leônidas Marques - Pr quanto do emissor.

9.1.3. A proposta deverá conter: Além dos dados da proponente (CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, telefone p/ contato, e-mail, conta corrente jurídica), as seguintes informações:

- ✓ I - Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas;
- ✓ II - Preço unitário e total, READEQUADO AO ÚLTIMO LANCE, com até duas casas decimais (0,00).
- ✓ III - Prazo de fornecimento;
- ✓ IV - Prazo de validade da proposta;
- ✓ V - Data e assinatura (s);

9.1.4. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00)**.

9.2. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pelo pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.



9.3. O Município de Capitão Leônidas Marques poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

9.4. Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.5. É facultado o pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.**

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos artigos 155, 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021 ao Licitante/Contratado, conforme detalhadas no Termo de Referência/Anexo I deste edital.

11. DO ENCAMINHANDO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

11.1. A documentação de habilitação, constante no termo de referência, **caso solicitada pelo pregoeiro**, deverá ser encaminhada em original ou cópias autenticadas, e a proposta original, deverão ser apresentadas no **prazo máximo de 02 (dois) dias úteis**, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal, Av. Tancredo Neves, 502, Centro, Capitão Leônidas Marques-PR, aos cuidados do Departamento de Licitações e Contratos. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

11.2. Também será aceito o envio por e-mail, nos seguintes endereços: licitacaoclm@hotmail.com e/ou compras@caplmarques.com.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo (45-3286-8407). O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Capitão Leônidas Marques - Pr quanto do emissor.

11.3. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

11.4. Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

11.5. Os documentos apresentados, **não deverão ser fotocopiados na forma frente e verso, preferencialmente**, tendo em vista que o processo será digitalizado posteriormente na íntegra, para disponibilização no Portal da Transparência.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço eletrônico: compras@caplmarques.com.br E/OU licitacao recursos@caplmarques.com.br.

12.2.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, na Av. Tancredo Neves, 502, Centro, Setor de protocolo, Capitão Leônidas Marques-PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: licitacao recursos@caplmarques.com.br

12.2.1.1. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

12.2.2. Caberá ao Pregoeiro, ao agente de contratação, auxiliados pela equipe de apoio e comissão de contratação, e demais responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

12.2.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.4. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.



13.DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1.A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2.Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14.DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O pregoeiro, caso não haja recurso ao julgamento do certame, adjudicará o objeto à licitante vencedora cuja proposta for considerada mais vantajosa à administração pública.

14.2. Concluídos os trabalhos, o pregoeiro encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação da Autoridade Competente, para expedição e publicação do ato homologatório.

14.3. Após decididos os recursos, quando houver, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao vencedor do certame e, em consequência, homologará a presente licitação.

15.CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍRIO DE PREÇOS, FORMA DO FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Estão descritas no Termo de Referência/Anexo I deste edital.

16.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da adjudicação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:

* 242 – 06.008.12.365.1064.1108.4.4.90.52.00 – 103 e 104;

* 232 – 06.007.12.365.1064.1107.4.4.90.52.00;

* 221 – 06.006.12.361.1063.1106.4.4.90.52.00 – livres, 103 e 104;

* 241 – 06.008.12.365.1019.2138.4.4.90.52.00 103 e 104;

17.DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA, PRAZO/VIGENCIA DO CONTRATO E RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. As obrigações decorrentes deste PREGÃO consubstanciar-se-ão no TERMO DE CONTRATO, cuja minuta consta como anexo V deste edital.

17.1.1. Decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.2. O Contrato Administrativo poderá ser encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo à Contratada a impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias, providenciando a devolução de uma via, contendo assinatura eletrônica válida ou o documento original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até 05 (cinco) dias úteis após o seu recebimento.

17.2.1. O prazo para assinatura e devolução do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que o pedido seja formulado pelo adjudicatário dentro do prazo original e devidamente justificado, ficando sua aceitação sujeita à análise da Administração.

17.2.2. A ausência de assinatura e devolução do contrato dentro do prazo estabelecido, sem motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, poderá caracterizar recusa injustificada em contratar, ensejando aplicação das penalidades previstas no art. 155.

17.3. A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada no portal de transparência, na forma de item antecedente, ou para retirada na prefeitura municipal a partir do 05 (cinco) dias após o protocolo de entrega das vias originais previstas no item anterior.

17.4. Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

17.5. A contratação objeto desta licitação será vigente por até 12 (doze) meses, a partir da data do Termo Contratual.

17.6. Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.



18.DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

18.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no Art. 137 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

19.DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

19.1. Fica assegurado ao Município de Capitão Leônidas Marques, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

19.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

19.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

19.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

19.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

19.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

19.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques - Pr.

20.DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

21.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

21.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico compras@caplmarques.com.br.

21.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
APENDICE DO ANEXO I	Estudo Técnico Preliminar
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial
ANEXO III	Modelo de Declarações Unificadas
ANEXO IV	Modelo Identificação do Licitante/Declaração de dados para assinaturas
ANEXO V	Minuta do Contrato

Capitão Leônidas Marques - Pr, 13 de abril de 2026.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER

Pregoeiro



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026.

Processo Administrativo Nº 087/2026.

Solicitações Nº 073/2026.

1. APRESENTAÇÃO

1.1. As especificações abordadas neste documento tem por a aquisição de equipamentos e eletrodomésticos destinados às cozinhas das unidades escolares da rede municipal de ensino, visando assegurar o adequado funcionamento das cozinhas e refeitórios, considerando a demanda contínua e diária pela preparação, armazenamento, conservação e distribuição da alimentação escolar, em conformidade com as normas sanitárias, operacionais e de segurança alimentar vigentes, conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas abaixo:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	Unid	BATEDEIRA PLANETÁRIA BOWL INOX 4L. Potência de, no mínimo, 775 W Alimentação elétrica 127 V Capacidade de 4 litros Bowl em inox Sistema de mistura do tipo planetário que assegure distribuição homogênea dos ingredientes 12 níveis de velocidade O equipamento deverá ser construído com corpo resistente e fácil de higienizar, Base antiderrapante e porta-fio Tampa antirrespingos Três batedores: batedor raquete para massas leves e médias, batedor de claras em neve e batedor de massas pesadas. Dimensões aproximadas 38x34x23cm (LxAxP) O equipamento deverá ser fornecido com manual de instruções em língua portuguesa e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Deverá atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica de equipamentos eletro portáteis.	R\$ 816,50	R\$ 816,50
02	02	Unid	BATEDEIRA PLANETARIA SEMI-INDUSTRIAL 5 LITROS. Potência 800W Tensão 127V Estrutura em aço com acabamento em pintura epóxi Cuba em aço inox Grade de proteção cromada Sistema eletrônico de variação de velocidade 10 níveis de velocidade Com 3 batedores (batedor espiral, batedor raquete e batedor globo) Parte superior basculante Dimensões aproximadas 42x29x45cm (AxLxP)	R\$ 2.669,96	R\$ 5.339,92
03	01	Unid	BEBEDOURO DE ÁGUA INDUSTRIAL COLUNA 100 LITROS. Tensão elétrica 127V Motor 220W 3 torneiras de metal cromado Sistema de refrigeração por compressor de alta eficiência e gás refrigerante ecológico R134A Termostato ajustável com 7 níveis de temperatura O corpo e a estrutura deverão ser construídos em aço inoxidável 430 Serpentina de refrigeração interna em aço inoxidável 304 Reservatório interno em polipropileno atóxico com capacidade de 100 litros Isolamento térmico interno em material inerte Com kit de instalação O equipamento deverá dispor de saídas de água por torneiras metálicas cromadas, sistema de filtragem com filtro de carvão	R\$ 3.348,69	R\$ 3.348,69



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

			<p>ativado externo com conexão de ½ polegada, bóia controladora de nível de água e bandeja coletora com dreno em aço inox 430.</p> <p>A base deverá ser estável, com pés reguláveis, e os pontos de saída de água deverão estar em altura compatível com uso de copos e recipientes.</p> <p>Dimensões aproximadas 121x78x61cm (AxLxP)</p> <p>O equipamento deve ser fornecido com manual de instalação e operação em língua portuguesa, filtro externo de água, kit completo de instalação com engates, e conectores, bem como assistência técnica autorizada.</p> <p>O produto deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, abrangendo componentes elétricos, mecânicos e de refrigeração, e atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica e a critérios de potabilidade e higiene de água.</p>		
04	02	Unid	<p>CENTRÍFUGA DE ALIMENTOS ELETROPORTÁTIL.</p> <p>Potência mínima de 800 W</p> <p>Alimentação elétrica 127 V</p> <p>Com trava de fechamento que impede o funcionamento sem o correto encaixe da tampa e componentes.</p> <p>Pilão e bocal extragrande</p> <p>Filtro em aço</p> <p>Coletor de resíduos</p> <p>Capacidade da jarra 0,5L</p> <p>Os recipientes e componentes em contato com alimentos deverão ser fabricados em plásticos de engenharia de uso alimentício isentos de substâncias nocivas e/ou aço inoxidável,</p> <p>Com eixo e lâmina em aço inoxidável</p> <p>Base com pés antiderrapantes</p> <p>Com duas velocidades de operação e função pulsar</p> <p>Com proteção térmica contra sobrecarga do motor e dispositivos de segurança que desativem o equipamento em caso de montagem inadequada.</p> <p>Dimensões aproximadas 39x38,5x22cm (AxLxC)</p> <p>O equipamento deverá ser fornecido com manual de instruções em língua portuguesa e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Deverá atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica e de desempenho de equipamentos eletroportáteis para alimentação</p>	R\$ 788,67	R\$ 1.577,34
05	02	Unid	<p>CHALEIRA ELÉTRICA 2L INOX.</p> <p>Capacidade mínima de 2 litros</p> <p>Alimentação elétrica 127 V</p> <p>Potência de 1.200 W</p> <p>Corpo em inox ou aço inoxidável</p> <p>Base com conexão elétrica destacável (base giratória 360°).</p> <p>Cabo com no mínimo 50 cm</p> <p>Jarra removível sem fio</p> <p>O equipamento deverá dispor de sinalização visual de nível de água, proteção térmica contra superaquecimento e dispositivo automático de desligamento ao atingir ponto de ebulição ou em ausência de água</p> <p>Tampa com trava de segurança</p> <p>Filtro coador</p> <p>Alça isolante térmica</p> <p>Dimensões aproximadas: 24x17x23(AxLxC)</p> <p>O produto deverá ser fornecido com manual de instruções em português, garantia mínima de 12 (doze) meses, atendimento às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica de eletroportáteis.</p>	R\$ 168,83	R\$ 337,66
06	01	Unid	<p>FOGÃO INDUSTRIAL DE BAIXA PRESSÃO 6 BOCAS COM FORNO.</p> <p>Grelhas em ferro fundido com dimensão mínima de 40x40 cm e perfil de mesa de 10 cm</p> <p>Queimadores duplos em ferro fundido de 180mm</p>	R\$ 4.875,67	R\$ 4.875,67



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

			<p>Controle individual de chama</p> <p>Estrutura em aço carbono de alta resistência com acabamento em pintura pó eletrostática com base fosfatizada ou aço inoxidável de grau alimentar</p> <p>Com corpo e mesa robustos que suportem uso intenso</p> <p>Fácil higienização e manutenção.</p> <p>Com tubo distribuidor de gás de 1" com acabamento cromado e entrada de gás reversível</p> <p>Registro cromado de controle</p> <p>Bandeja coletora em aço galvanizado para retenção de resíduos.</p> <p>Forno de 80 litros com porta em aço inoxidável e uma grelha interna. Isolamento térmico em lã de rocha e três níveis de graduação de altura para as grelhas.</p> <p>O equipamento deverá incluir pés reguláveis ou base estável, sistema de fixação dos queimadores por encaixe para remoção simplificada</p> <p>Deve atender às condições ergonômicas e de segurança operacional, incluindo distância adequada entre superfície de trabalho e queimadores.</p> <p>Dimensões aproximadas 106x153x82cm (CxLxA)</p> <p>O equipamento deverá ser fornecido com manual de instruções e manutenção em língua portuguesa e garantia mínima de 180 dias contra defeitos de fabricação, incluindo assistência técnica e disponibilidade de peças de reposição.</p> <p>O produto deverá atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança de equipamentos a gás e dispositivos industriais de cocção</p> <p>O equipamento deverá ser entregue, instalado e testado, em pleno funcionamento, no local indicado pela Secretaria de Educação. ficando sob responsabilidade da contratada todos os custos com transporte, montagem, fixação, conexão à rede de gás existente e demais insumos necessários à perfeita instalação.</p> <p>A instalação deverá ser realizada por profissional tecnicamente habilitado, observando as normas de segurança vigentes, inclusive normas técnicas brasileiras aplicáveis a instalações de gás combustível e segurança em equipamentos para cocção profissional.</p> <p>Deverão ser realizados testes de funcionamento, verificação de estanqueidade e regulagem de queimadores, com entrega do equipamento em condições adequadas de uso.</p>		
07	03	Unid	<p>FORNO ELÉTRICO DE BANCADA 44 LITROS.</p> <p>Capacidade interna aproximada de 44 litros</p> <p>Alimentação elétrica: 127 V</p> <p>Potência de 1.775W</p> <p>Controle de temperatura ajustável na faixa mínima de 50 °C a 320 °C, resistências superior e inferior com acionamento independente</p> <p>Função grill/dourador</p> <p>Temporizador de até 120 minutos com aviso sonoro</p> <p>Luz interna</p> <p>Porta com vidro duplo resistente ao calor</p> <p>Revestimento interno autolimpante</p> <p>Bandeja coletora esmaltada e grade cromada removível.</p> <p>Dimensões externas aproximadas de 37x57,5x52cm (AxLxP).</p> <p>O equipamento deverá ser fornecido com manual em língua portuguesa, cabo de alimentação conforme padrão ABNT, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e certificação de conformidade com normas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica, quando exigível.</p>	R\$ 862,34	R\$ 2.587,02
08	01	Unid	<p>FORNO ELÉTRICO DE BANCADA 60 LITROS.</p> <p>Capacidade interna de 60 litros</p> <p>Alimentação elétrica 127 V</p> <p>Potência mínima de 1.600 W em 127 V</p> <p>Controle de temperatura ajustável na faixa de 90 °C a 230 °C</p> <p>Temporizador com programação de até 120 minutos com</p>	R\$ 1.101,33	R\$ 1.101,33



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

			<p>desligamento automático e alarme sonoro.</p> <p>O equipamento deverá dispor de pelo menos três opções de aquecimento, quatro resistências (2 superiores e 2 inferiores) para distribuição uniforme do calor, luz interna para visualização durante a operação, grelha em aço inoxidável removível, bandeja coletora de resíduos e luz indicadora de funcionamento.</p> <p>Dimensões externas aproximadas de 37x59x42,3cm (AxLxP).</p> <p>O produto deverá ser construído com materiais resistentes e de fácil higienização</p> <p>Porta com vidro temperado resistente ao calor</p> <p>Fornecido com manual de instruções em língua portuguesa e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>O equipamento deve atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica de aparelhos eletrodomésticos</p>		
09	03	Unid	<p>FORNO DE CONVECÇÃO COM VAPOR 60 LITROS.</p> <p>Para uso profissional</p> <p>Capacidade interna aproximada de 60 litros</p> <p>Alimentação elétrica 220 V</p> <p>Potência aproximada de 3.000 W</p> <p>Controlador digital de tempo e temperatura ajustável até 250 °C</p> <p>Isolamento térmico com lã de rocha e câmara de ar</p> <p>Estrutura em aço inox AISI 430 e assadeiras em alumínio</p> <p>Porta em vidro</p> <p>Alarme sonoro e luz interna.</p> <p>Conexões de entrada de água 3/4"</p> <p>O equipamento deverá incluir mínimo de cinco assadeiras perfuradas em alumínio com dimensões aproximadas de 35 cm x 35 cm, distância de 7 cm entre cada assadeira</p> <p>Painel de comando digital</p> <p>Função de injeção de vapor para otimização de textura em massas</p> <p>Base estável.</p> <p>Dimensões externas aproximadas de 51x59x65cm (AxLxP).</p> <p>O equipamento deverá ser fornecido com manual em língua portuguesa, garantia mínima de 06 (seis) meses contra defeitos de fabricação, atendimento às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica.</p>	R\$ 4.850,00	R\$ 14.550,00
10	01	Unid	<p>FREEZER HORIZONTAL 528 LITROS 2 PORTAS.</p> <p>Capacidade interna mínima de 528 litros</p> <p>127V</p> <p>Cor branca</p> <p>Duas portas de acesso independente</p> <p>Tecnologia inverter</p> <p>Painel de controle externo com ajuste de temperatura em mínimo de 5 níveis, permitindo faixa de operação de aproximadamente 3 °C a -23 °C</p> <p>Com sistema de circulação que assegure uniformidade térmica interna e mínima variação entre compartimentos.</p> <p>Classificação energética A.</p> <p>Gás ecológico</p> <p>Degelo manual</p> <p>A estrutura externa deve ser construída em materiais rígidos e duráveis, com revestimento que resista à corrosão, interior com acabamento liso para facilitar higienização</p> <p>Grades organizadoras internas</p> <p>Dreno frontal</p> <p>Com rodinhas e pés reguláveis</p> <p>Sistema de vedação das tampas em material resistente e durável</p> <p>Dimensões aproximadas 94,3x147x77,3 cm (AxLxP)</p> <p>Deve ser fornecido com manual de instruções em língua portuguesa e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e desempenho,</p> <p>Deve atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à</p>	R\$ 4.819,83	R\$ 4.819,83



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

			segurança elétrica e de desempenho de equipamentos de refrigeração e congelamento		
11	02	Unid	FRITADEIRA ELÉTRICA AIR FRYER OVEN DIGITAL 12L. Alimentação elétrica 127V Potência mínima 1800W Capacidade total 12L Dois andares Temperatura ajustável de 30°C a 200°C Desligamento automático Circulação de ar em 360° Revestimento antiaderente Painel digital com 10 funções pré-programadas Timer 1 min - 90 min Porta com abertura lateral com visor, porta removível Luz interna Cor Inox e Preto 2 grelhas antiaderentes, 1 bandeja coletora, 1 cesto antiaderente 4,5L Dimensões aproximadas: 43,8x40,8x43cm (CxLxA)	R\$ 908,39	R\$ 1.816,78
12	05	Unid	GELADEIRA FROST FREE DUPLEX 463 LITROS. Cor branca. 127V Classificação energética mínima A 5 níveis de temperatura Capacidade do freezer 106 litros Capacidade da geladeira 357 litros Duas portas independentes com puxadores ergonômicos Com compartimento extra frio, gaveta de frutas e legumes Prateleiras de vidro temperado removíveis Painel Touch Painel de controle externo com seleção de temperatura e indicadores de funcionamento Proteção contra corrosão Iluminação interna LED Pés estabilizadores com 2 rodízios traseiros Dimensões aproximadas 184,5x70x75,5cm (AxLxP) Deve ser fornecido com manual de instruções em língua portuguesa e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e desempenho, Deve atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica e de desempenho de equipamentos de refrigeração e congelamento	R\$ 4.222,33	R\$ 21.111,65
13	03	Unid	LAMINADOR DE MASSAS/CILINDRO ELÉTRICO 28CM. Motor de 1/4CV, protegido com carenagem em polímeros antichamas Tensão elétrica 127V Rolos de laminação em aço cromado com 28 cm de aproveitamento e 5,7cm de diâmetro Abertura entre os rolos regulável de 0 até 7mm Pés emborrachados Com cortador de talharim com sistema de encaixe fácil Dimensões aproximadas 43,5x34,5x24cm (CxLxA) Conteúdo da embalagem: 1 laminador, 1 cortador de massas (talharim), 1 chapa de proteção, 2 manípulos e 1 manual de instruções O produto deverá ser fornecido com manual de instruções em língua portuguesa e garantia mínima de 3 meses contra defeitos de fabricação, abrangendo partes elétricas e mecânicas. O equipamento deverá atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica	R\$ 766,13	R\$ 2.298,39
14	05	Unid	LIQUIDIFICADOR 3,2L. Potência de 1.400W Alimentação elétrica 127 V 15 velocidades e função pulsar. Jarra de plástico ou vidro com alça, resistente a choques	R\$ 362,33	R\$ 1.811,65



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

			térmicos e mecânicos, com tampa de fechamento seguro e vedação adequada. Jarra de 3,2 litros, capacidade útil de 2 litros, Lâminas de aço inoxidável com geometria apropriada para mistura, trituração e homogeneização de alimentos e ingredientes. Base fabricada em material rígido e resistente, com pés antiderrapantes O equipamento deverá dispor de sistema de segurança que impeça o funcionamento sem o copo devidamente encaixado, isolamento elétrico compatível com norma, e proteção térmica contra sobrecarga do motor. Dimensões aproximadas 20,5x42,2x22cm (LxAxP) O produto deverá ser fornecido com manual de instruções em língua portuguesa e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. O equipamento deverá atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica.		
15	02	Unid	LIQUIDIFICADOR ALTA ROTAÇÃO INOX 2 LITROS. Capacidade de 2 litros Potência nominal: 360W/380W Potência máxima: 800W Rotação: 18000 rpm Frequência: 60Hz Alimentação elétrica: 127 V Motor e componentes dimensionados para operação contínua em alta velocidade. Copo monobloco em aço inox 304 polido sem soldas Corpo em aço inox polido Lâminas em aço inoxidável reforçado Tampa com dosador. Estrutura em aço inoxidável ou equivalente com base estável e pés antiderrapantes. O equipamento deverá ser fornecido com manual em português, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, e atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica.	R\$ 553,50	R\$ 1.107,00
16	02	Unid	LIQUIDIFICADOR ALTA ROTAÇÃO INOX 4 LITROS. Liquidificador industrial de alta rotação Capacidade de 4 litros Potência nominal: 550W/510W Potência máxima: 1200W Rotação: 22000 rpm Frequência: 60Hz Alimentação elétrica: 127 V Motor e componentes dimensionados para operação contínua em alta velocidade. Copo monobloco em aço inox 304 polido sem soldas Corpo em aço inox polido Lâminas em aço inoxidável reforçado Tampa com dosador. Estrutura em aço inoxidável ou equivalente com base estável e pés antiderrapantes. O equipamento deverá ser fornecido com manual em português, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, e atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica.	R\$ 809,28	R\$ 1.618,56
17	01	Unid	LIQUIDIFICADOR BAIXA ROTAÇÃO LEVE INOX 8 LITROS. Capacidade de 8 litros Potência: 800W Rotação: 6000 rpm Frequência: 60Hz Alimentação elétrica: 127 V Copo monobloco em aço inox 304 polido sem soldas Corpo em aço inox polido	R\$ 826,36	R\$ 826,36



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

			Lâminas em aço inoxidável reforçado Tampa com dosador. Estrutura em aço inoxidável ou equivalente com base estável e pés antiderrapantes. O equipamento deverá ser fornecido com manual em português, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, e atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica.		
18	02	Unid	MÁQUINA DE LAVAR 11 KG. Alimentação elétrica 127 V Tipo de abertura: superior (top load) Controle eletromecânico e classificação energética mínima A. O equipamento deverá possuir sistema de lavagem por agitação com mínimo de 10 programas de lavagem 4 níveis de roupa Opção de ciclo rápido de aproximadamente 19 minutos Centrifugação e enxágue Filtro retentor de fiapos Dispensers para sabão, amaciante e alvejante com diluição inteligente Função de reaproveitamento de água Temporizador Pés niveladores Consumo de água: aproximadamente 107 (L/ciclo) Cor Branca Com mangueira de entrada de água e mangueira de drenagem Cesto em material plástico ou similar resistente à corrosão e estrutura com pés niveladores. Dimensões aproximadas de 103x59,5x67cm (AxLxP). O equipamento deverá ser fornecido com manual de instruções em língua portuguesa, cabo de alimentação conforme padrão ABNT, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, bem como atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica.	R\$ 2.766,00	R\$ 5.532,00
19	02	Unid	MICRO-ONDAS DE BANCADA 34L. Capacidade interna de 34 litros Alimentação elétrica 127 V Potência de 1.300 W a 1.400 W com frequência de 60 Hz e classe de eficiência energética A. Painel de controle digital com, no mínimo, 10 ajustes de potência, display e teclas para programação de tempo e potência, temporizador com relógio integrado Prato giratório com diâmetro mínimo de 32,5 cm Trava de segurança contra operação involuntária Abertura da porta frontal Luz interna para visualização do processo de aquecimento Funções pré-programadas incluindo descongelamento, tira odor, manter aquecido e menus de preparo rápido (ex.: Menu Dia a Dia, Menu Kids e Menu Light). Dimensões externas aproximadas de 53,9x30x42,4cm (LxAxP). O aparelho deve ser construído com materiais adequados à segurança e durabilidade, com cavidade interna de fácil higienização, porta com vidro resistente ao calor, estrutura estável para uso em bancada, e acompanhar manual técnico em português, cabo de alimentação compatível com padrões ABNT e instruções de instalação, operação, manutenção e segurança. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, e em conformidade com normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica de micro-ondas, quando exigível.	R\$ 882,00	R\$ 1.764,00
20	06	Unid	MULTIPROCESSADOR 1400W 127V. Multiprocessador de alimentos eletroportátil, multifunções 9 em 1, deve integrar em um único conjunto as funcionalidades mínimas de processar, picar, triturar, misturar, ralar, fatiar, cortar, liquidificar e espremer alimentos.	R\$ 511,20	R\$ 3.067,20



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

			Potência nominal mínima de 1.400 watts, alimentação 127V Duas velocidades selecionáveis e função pulsar. Copo de liquidificador com capacidade total mínima de 3,2 litros e capacidade útil não inferior a 1,7 litros Jarra do processador com capacidade mínima de 2,1 litros Lâminas e discos de corte em aço inoxidável ou material equivalente com resistência à corrosão e ao desgaste Recipientes em plástico AS, apropriado para contato com alimentos, isento de substâncias nocivas. Dispositivos de segurança com travamento que impeça funcionamento sem correto encaixe, base com pés antiderrapantes, acessórios removíveis e laváveis. Acessórios: 01 Copo de liquidificador, 01 jarra de multiprocessador, 01 espremedor de frutas, 01 adaptador de laminas, 01 lamina de fatiar, 01 lamina de ralar, 02 laminas de processar, 01 batedor e 01 emulsificador. O equipamento deverá ser fornecido com manual em língua portuguesa, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e certificação de conformidade com normas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica, quando exigível. Dimensões aproximadas: 45x27x26cm (AxLxC)		
21	02	Unid	TANQUINHO DE LAVAR ROUPA 10KG. Semiautomático Cor branca Capacidade mínima de 10 kg de roupas secas Alimentação elétrica 127 V Potência 330W Abertura superior Sistema de lavagem por turbilhonamento Com mínimo de 5 programas de lavagem Copo/cuba com capacidade total de 89 litros Dispensers para sabão e amaciante integrados Filtro de fiapos Agitador removível Estrutura em material plástico de engenharia polipropileno Base estável Saída de água manual com mangueira de drenagem Classificação energética A. Dimensões externas aproximadas 96x56,5x56,5 cm (AxLxP) O equipamento deverá ser fornecido com manual técnico em português e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. O produto deve atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica.	R\$ 728,00	R\$ 1.456,00

1.2.TOTAL MÁXIMO DO CERTAME: R\$ 81.763,55 (oitenta e um mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

OBS.:

Caso haja dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas por e-mail licitacaoclm@hotmail.com e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Os valores constantes deste anexo, para os preços unitários, são os preços máximos por produto que serão admitidos nesta licitação.

Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, **PREVALECERÁ** a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

Será efetuada a análise respeitada a ordem de classificação.

O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$1,00 (um real)** para itens de até **R\$500,00**; de **R\$5,00 (cinco reais)** para itens de R\$ 500,01 a R\$ 1.000,00; e de **R\$ 10,00 (dez reais)** para itens acima de R\$ 1.000,00.

Poderá ser solicitada amostra nos termos do item 6.10 do edital.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação decorre da necessidade de assegurar o adequado funcionamento das cozinhas e refeitórios das unidades escolares da rede municipal de ensino, considerando a demanda contínua e diária pela preparação, armazenamento, conservação e distribuição da alimentação escolar, em conformidade com as normas sanitárias, operacionais e de segurança alimentar vigentes.



2.2. As unidades escolares atendem cerca de 2.000 alunos, o que exige estrutura física e equipamentos compatíveis com o volume de produção das refeições. O adequado desempenho das atividades depende diretamente da disponibilidade de equipamentos em pleno funcionamento, com capacidade técnica suficiente para suportar a rotina intensa de uso.

2.3. Constatou-se que parte dos equipamentos atualmente em uso encontra-se em avançado estado de desgaste, decorrente do tempo prolongado de utilização, da elevada frequência de operação e da natural depreciação dos bens. Muitos apresentam falhas recorrentes, redução de eficiência, aumento do consumo de energia e necessidade constante de manutenção corretiva.

2.4. Verificou-se, ainda, a existência de equipamentos totalmente inoperantes, sem viabilidade técnica ou econômica de reparo, seja pela indisponibilidade de peças no mercado, seja pelo custo de manutenção desproporcional em relação ao valor de reposição do bem.

2.5. A insuficiência ou precariedade dos equipamentos impacta diretamente a eficiência operacional das cozinhas escolares, podendo ocasionar atrasos na produção das refeições, sobrecarga de trabalho às equipes, maior risco de acidentes, inadequação no armazenamento de alimentos e possibilidade de descumprimento das boas práticas de manipulação exigidas pela legislação sanitária.

2.6. A substituição dos equipamentos inservíveis e a renovação daqueles tecnicamente defasados mostram-se medidas necessárias para garantir continuidade, regularidade e qualidade na prestação do serviço público de alimentação escolar, assegurando condições adequadas de trabalho aos servidores e ambiente seguro para a preparação dos alimentos.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, DA ENTREGA/FORMA DE FORNECIMENTO E DA GARANTIA

3.1. Os bens adquiridos se enquadram como comum pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

3.2. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possua registro de sanção que impeça sua contratação, bem como esteja devidamente regular com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho.

3.2.1. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

3.2.2. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.2.3. Não poderão participar desta licitação as empresas:

a) Proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

b) Que não atendam às condições deste Termo de Referência;

c) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/21;

d) Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21

3.3. Os produtos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Fornecimento, nas unidades indicadas pela Secretaria de Educação, sem quaisquer tipos de ônus (como frete, transporte, seguro e/ou demais custos advindos da entrega dos produtos) para a Contratante;

3.3.1. O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado, nas mesmas condições dantes contratadas, por acordo das partes;

3.3.2. As despesas com embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos decorrentes da entrega e da aquisição dos objetos da licitação, correrão por conta da contratada.

3.4. Os produtos deverão ser entregues lacrados, de forma a proteger o material da ação da luz, poeira e umidade.

3.5. O item 06 (FOGÃO INDUSTRIAL DE BAIXA PRESSÃO 6 BOCAS COM FORNO) deve ser entregue instalado e testado, em pleno funcionamento, no local indicado pela Secretaria de Educação, ficando sob responsabilidade da contratada todos os custos com transporte, montagem, fixação, conexão à rede de gás existente e demais insumos necessários à perfeita instalação. A instalação deverá ser realizada por profissional tecnicamente habilitado, observando as normas de segurança vigentes. Deverão ser realizados testes de funcionamento, verificação de estanqueidade e regulagem de queimadores, com entrega do equipamento em condições adequadas de uso.

3.6. Os produtos deverão ser novos e sem uso, originais de fábrica, deverão ser entregues intactos, sem amassados, danificados ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade, respeitando as embalagens primárias e secundárias.

3.7. Não serão aceitos equipamentos reconicionados, manufaturados, falsificados ou outra terminologia empregada para indicar que o produto é proveniente de reutilização de material.

3.8. Local, horário e endereço de entrega:

3.8.1. Os produtos poderão ser entregues nos locais abaixo relacionados, conforme solicitação prévia da SEMED, observando-se os respectivos endereços e horários de atendimento.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

3.8.2.A entrega poderá ocorrer em um ou mais locais distintos, de forma fracionada, conforme a destinação de cada item, podendo as quantidades de um mesmo produto serem distribuídas entre diferentes unidades escolares, de acordo com a necessidade da SEMED.

Local:	Horário de atendimento:
Secretaria Municipal de Educação Rua José Magnabosco, 486, Centro CEP 85790-047	Segunda a sexta-feira Manhã: 7h45 às 11h45 Tarde: 13h15 às 17h15
CMEI Albina Dallabrida Avenida Tancredo Neves, 242, Centro CEP 85791-000	Segunda a sexta-feira Manhã: 7h45 às 11h45 Tarde: 13h15 às 17h15
CMEI Pequeno Anjo Rua Xambrê, 109, Centro CEP 85790-039	Segunda a sexta-feira Manhã: 7h45 às 11h45 Tarde: 13h15 às 17h15
CMEI Primavera Rua Edevino Fritz, 154, Primavera CEP 85790-193	Segunda a sexta-feira Manhã: 7h45 às 11h45 Tarde: 13h15 às 17h15
Escola Municipal Leonel Brizola Rua Paissandu, 196, Campo da Baixada CEP 85791-221	Segunda a sexta-feira Manhã: 7h45 às 11h45 Tarde: 13h15 às 17h15
Escola Municipal Prof. Terezinha Machado Rua Xambrê, 225, Centro CEP 85790-039	Segunda a sexta-feira Manhã: 7h45 às 11h45 Tarde: 13h15 às 17h15
Escola Municipal Santa Mônica Rua Verde, 358, Santa Mônica CEP 85792-221	Segunda a sexta-feira Manhã: 7h45 às 11h45 Tarde: 13h15 às 17h15
Centro de Atendimento Educacional - CAE Rua Sibipiruna, 95, São Gabriel CEP 85792-450	Segunda a sexta-feira Manhã: 7h45 às 11h45 Tarde: 13h15 às 17h15

3.9.A Secretaria Municipal de Educação, rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o edital.

3.9.1. Na hipótese de rejeição por fornecimento do produto em desacordo com as especificações, a contratada deverá substituir o produto em até 10 (dez) dias.

3.10. Não será permitida a troca de produtos, bem como de marca, salvo em casos justificados e aceitos pela Secretaria e/ou quando os produtos sejam de qualidade igual ou superior ao contratado.

3.11.A Contratada deverá garantir que o fornecimento estará isento de defeitos e/ou irregularidades, devendo substituir o objeto caso não se apresente em conformidade, sem ônus para o Município.

3.11.1. Os produtos devem estar acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português e a relação da rede de assistência técnica autorizada.

3.11.2. Todos os prazos e garantias, que por ventura não foram citados neste termo, deverão estar dentro das condições estipuladas no Código do Consumidor.

3.11.3. Além disso, a contratada deverá prestar assistência técnica durante o período de garantia, sem quaisquer ônus adicionais para a administração, sendo responsável por sanar defeitos, realizar reparos, trocas ou outros serviços necessários para assegurar o pleno funcionamento e conformidade dos produtos/serviços fornecidos, em estrita observância aos direitos dos consumidores estabelecidos no CDC.

4. ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1. Fornecer o objeto contratado de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor.

4.2. Entregar todos os equipamentos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, livres de quaisquer vícios, defeitos ou avarias.

4.3. Quanto ao item 06:

a) A contratada deverá realizar a instalação completa dos equipamentos, incluindo montagem, nivelamento, fixação, conexão às redes de gás existentes, testes de funcionamento, regulagem e verificação das condições de segurança, entregando-o em pleno funcionamento e apto ao uso imediato.

b) Os serviços deverão ser realizados, preferencialmente, em horário que não comprometa o funcionamento das atividades escolares, podendo ser executados fora do horário de aula, mediante alinhamento prévio com a direção da unidade, de modo a evitar prejuízos às rotinas pedagógicas e administrativas.

c) Manter a organização, limpeza e o bom estado de higiene no local onde estiver executando a entrega e/ou instalação dos equipamentos, adotando todas as medidas necessárias, devendo coletar, acondicionar e remover todas as sobras de materiais, embalagens, resíduos e detritos em geral, promovendo a adequada destinação ambientalmente correta, deixando o ambiente em perfeitas condições de uso.



d) Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos causados às instalações físicas, mobiliários, redes elétricas, hidráulicas ou de gás, pisos, paredes, revestimentos ou demais estruturas das unidades durante a entrega, montagem e/ou instalação dos equipamentos, devendo promover, às suas expensas e no prazo estabelecido pela Administração, os reparos necessários para restabelecer as condições originais do local.

e) Adotar todas as medidas de proteção e segurança durante a execução dos serviços de entrega e instalação, incluindo a utilização de ferramentas adequadas, equipamentos de proteção individual (EPIs) e procedimentos técnicos compatíveis com a natureza do objeto, de forma a prevenir acidentes, preservar a integridade dos servidores, alunos e demais usuários, bem como evitar interrupções nas atividades das unidades escolares.

4.4. Disponibilizar suporte técnico durante o período de garantia, inclusive para abertura de chamados, assistência e orientações.

4.5. Atender a todas as solicitações de entrega efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item.

4.6. Adotar imediatamente após o recebimento da solicitação de fornecimento, as medidas requeridas, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

4.7. Entregar os produtos dentro dos prazos, em até 20 dias úteis, contados após o recebimento da Solicitação de Fornecedor, no local estabelecido e atendendo a todas as condições estabelecidas anteriormente.

4.8. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

4.9. É responsabilidade da contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos decorrentes da entrega e da aquisição dos objetos da licitação.

4.10. Adotar medidas, precauções e cuidados especiais para evitar danos materiais e pessoais a terceiros, pelos quais será inteira responsável.

4.11. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital.

4.12. Deverá manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.13. Não destruir ou danificar produtos por culpa ou dolo de seus agentes e caso aconteça será de inteira responsabilidade da Contratada sua substituição sem ônus para a Contratante.

4.14. Reparar, corrigir e/ou remover às suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição destes.

4.15. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

4.16. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto.

4.17. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional.

4.18. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento.

4.19. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nos termos da legislação vigente e exigências contratuais, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos que integram o Termo de Referência.

4.20. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado.

4.21. Submeter-se à fiscalização empreendida pela Contratante.

4.22. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da contratante, relativamente ao objeto do contrato.

4.23. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, a Contratante em caso de alteração.

4.24. Cumprir fielmente com a execução do Contrato, honrando a qualidade, durabilidade e prazos de entrega.



4.25. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato.

4.26. Quando for o caso e no que for aplicável, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados e prepostos as normas da contratante.

5. ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.

5.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

5.3. Receber os bens adquiridos, mediante conferência quantitativa e qualitativa, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

5.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

5.5. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto do contrato, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da contratação.

5.6. Cumprir com todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada no prazo estipulado.

5.7. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Termo.

6. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

6.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato com base no Capítulo V da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

6.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

7. DO CRITÉRIO DE REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

7.1. Durante a vigência do Contrato, os valores registrados não serão reajustados.

7.1.1. Somente poderá haver reajuste após 12 (doze) meses da assinatura do contrato e /ou do último ajuste;

7.1.2. No caso de haver prorrogação de prazo, após doze meses, o reajuste poderá ser efetuado de acordo com as variações do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

7.1.3. Compete a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela Contratante, juntando-se o respectivo memorial de cálculo do reajuste.

7.1.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e que possa ser aplicado ao objeto.

7.2. Para o restabelecimento da equação, deve a Contratada DEMONSTRAR a ocorrência das hipóteses que condicionam o pedido de ajuste, mediante protocolo, acompanhado de documentação idônea.

7.2.1. Não será liberado reequilíbrio econômico financeiro decorrentes de inflação, que não configurem área econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**.

7.2.2. Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro de valores deverão ser encaminhados no e-mail compras@caplmarques.com.br.

7.2.3. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A Secretaria de Educação irá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e as obrigações da contratada, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

8.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade no serviço prestado.

8.4. Fica designado como Fiscal do Contrato, Jaqueline Rohr Grohalski Gomes, que irá acompanhar ou fiscalizar a execução do Contrato e as obrigações da Contratada, e poderá solicitar correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

quais, deverão ser sanadas no prazo estipulado, sob pena de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas.

8.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.6. Durante a vigência, esta contratação terá como gestor do contrato, Luiz Carlos Ledur, Secretário Municipal de Educação, ao qual compete administrar todo o contrato desde a sua assinatura até o encerramento com a entrega dos serviços e devido pagamento.

Gestor:

Nome: Luiz Carlos Ledur
Cargo: Secretário Municipal de Educação
Matrícula: 124326-1
E-mail: educacao@caplmarques.com.br

Fiscal:

Nome: Jaqueline Rohr Grohalski Gomes
Cargo: Agente de Administração
Matrícula: 123557-1
E-mail: licitacaoemed.clm@gmail.com

9.DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, COMPENSAÇÃO E PENALIZAÇÃO

9.1. O Município de Capitão Leônidas Marques-PR, se compromete a efetuar o pagamento, conforme a entrega, em até 30 (trinta) dias de apresentação de nota fiscal no Departamento de Compras Municipal, identificada com o número da licitação e do contrato de fornecimento através de depósito bancário (Conta Jurídica).

A nota fiscal, deverá estar acompanhada das certidões negativas do FGTS, Trabalhista, Municipal e Federal "Unificada", devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento;

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Capitão Leônidas Marques, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.208.834/0001-59, com sede no Paço Municipal Arnaldo F. Busato, situado na Av. Tancredo Neves, 502, Centro.

A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta jurídica a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

A nota fiscal deverá ser enviada física e por e-mail (compras2@caplmarques.com.br).

9.1.1. A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO em atendimento a L.N nº 1234/2012 e L.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (**Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023**);

9.1.2. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, **destacando o valor a ser retido**, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado (**Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023**);

§ 1º - Documentos fiscais que não estiverem em conformidade com disposto na Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e alterações, serão notificados, não ocorrendo as devidas correções, fica autorizado a retenção automática, com base nos anexos que integram a L.N 1234/2012 e alterações.

9.1.3. As pessoas jurídicas não sujeitas as retenções conforme artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2145/2023 e demais Instruções complementares da RFB **deverão informar conforme os critérios de enquadramentos.** (**Art. 2º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023**)

9.1.4. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

9.2. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituída pela Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar cópia autenticada do “Termo de Opção pelo Simples”, juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa IN RFB nº 1.234/2012 (e suas alterações, incluindo a IN RFB nº 2.145/2023).

9.3. Havendo atraso de pagamento dos créditos resultantes da prestação dos serviços, será acrescido ao valor da respectiva Nota Fiscal, o equivalente 0,1% (zero um por cento) por dia útil de atraso.

10.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, bem como, o atraso na entrega do produto, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida e permitirá, de conformidade com a legislação em vigor a aplicação das seguintes sanções pela Administração Municipal, garantido a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Capitão Leônidas Marques;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar



10.1.1.A multa prevista acima será de 15% (quinze o cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

10.1.2. Quanto à suspensão temporária ou impedimento de licitar previsto acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.3. A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156 da referida lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.DA HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1.SICAF.

11.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.5. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

11.5.1. No caso de *empresário individual*: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.5.2. Em se tratando de *microempreendedor individual – MEI*: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

11.5.3. Em caso de *sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal - SLU*: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.5.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a *participante sucursal, filial ou agência*;

11.5.5. No caso de *sociedade simples*: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.5.6. No caso de *empresa ou sociedade estrangeira* em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.5.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.6. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

11.6.1. Certidão negativa de Falências e Concordatas, expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) do local da sede da proponente, há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes.

11.7. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

11.7.1. Prova de inscrição no *Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas*, conforme o caso;

11.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a *Fazenda Nacional*, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

11.7.3. Prova de regularidade com a *Fazenda Estadual* do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.7.4. Prova de regularidade com a *Fazenda Municipal* do domicílio ou sede do licitante.

11.7.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a *justiça do trabalho (CNDT)*, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.7.6. Prova de regularidade com o *Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)*;

11.7.7. Prova de *Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual*, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.7.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar



tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.7.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.7.9.a Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.7.9.b A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.8. Deverá apresentar ainda:

11.8.1. DECLARAÇÕES UNIFICADAS, conforme modelo. (ANEXO III);

11.8.2. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE, conforme modelo. (ANEXO IV).

11.9. ATENÇÃO: O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018, NÃO SUBSTITUI os documentos exigidos no item 11.8.1.

11.9.1. Neste caso anexar (IMPORTANTE):

*** Comprovante de situação cadastral junto ao SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (DECLARAÇÃO-SICAF, onde constam os documentos e suas validades registrados);**

A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

*** DECLARAÇÕES UNIFICADAS.**

11.10. Solicitamos que seja anexada a documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, embora conste do SICAF, para efeitos de celeridade ao processo, visto que são de suma importância quando da digitalização e importação para o portal da transparência.

11.11. Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

11.12. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

11.13. Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

11.14. No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.15. O não atendimento das exigências constantes do item 11 deste Termo de Referência implicará a inabilitação do licitante.

11.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.17. Aos documentos sem validade expressa, considerar-se-á 90 (NOVENTA) DIAS da data de sua emissão.

11.18. Serão aceitas as certidões obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-se às verificações, caso necessário.

11.19. Serão aceitas as certidões positivas com efeitos de negativa.

12. AMOSTRAS - Conforme previsto no item 6.10 do edital

12.1. Abaixo a descrição de como será feita a avaliação das amostras, QUANDO solicitada:

1º - A licitante classificada em 1º lugar para o objeto do presente Pregão deverá apresentar 1 (uma) amostra de cada item, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da sessão e que for apurada a classificação.

2º - A análise e avaliação será realizada por profissional competente, da área específica ao objeto em consideração, e/ou comissão previamente designada através de Portaria.

3º - Caso a amostra seja reprovada, será convocado segundo colocado para entregar amostras, a qual terá o mesmo prazo a partir do envio do comunicado por e-mail ou da própria sessão se presente e, assim sucessivamente até obter amostras aprovadas.

4º - A não apresentação da(s) amostra(s) acarretará na desclassificação da empresa para o(s) respectivo(s) item(ns).

5º - As amostras deverão estar identificadas com a descrição do item, nº do item, objeto e data da licitação, número do



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

pregão, nome da empresa e telefone. Após a entrega será emitido documento de comprovação de recebimento da amostra para o licitante. As marcas dos produtos apresentados nas amostras deverão ser as mesmas fornecidas durante a vigência do contrato.

6º - As amostras deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, aos cuidados do Departamento de Compras.

7º - As amostras serão analisadas quanto à qualidade do produto, especificações nos termos no edital, compatibilidade, durabilidade, verificação se o produto atende com eficácia ao fim a que se destina.

8º - A análise das amostras da(s) licitante(s) classificada(s) será realizada em até 5 (cinco) dias e será emitido laudo circunstanciado das mesmas de acordo com a situação.

9º - Caso algum produto apresentado pela(s) licitante(s) classificada(s) no certame como amostra seja reprovado, independentemente do motivo apurado no laudo técnico, não será admitida nova análise em outros produtos, em substituição ao produto reprovado, salvo culpa da administração.

10º - A amostra que obtiver aprovação e for à vencedora do item permanecerá no Departamento de Compras, até que as primeiras entregas do bem pelo licitante sejam realizadas, a fim de ser com esta comparada.

11º - As amostras rejeitadas deverão ser RETIRADAS no prazo máximo de 30 dias, contados da publicação do Contrato. Caso contrário, serão descartadas.

12º - Os licitantes serão avisados do resultado da análise das amostras através do "chat" do comprasnet, o laudo quando emitido será disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, no Portal da Transparência, e, será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná-AMP para ciência de todos os interessados.

13. CONSIDERAÇÕES

13.1. O não cumprimento dos termos deste edital, em qualquer de suas cláusulas, implica na declaração da empresa como inidônea, e lançamento na lista de impedidos de licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

13.2. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento objeto deste edital, sem previa e expressa anuência do Contratante.



Apêndice do Anexo I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026.
Processo Administrativo Nº 087/2026.
Solicitações Nº 073/2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	003/2026
ÁREA REQUISITANTE:	Secretaria Municipal de Educação
OBJETO:	Este Estudo Técnico Preliminar visa analisar o processo licitatório para: aquisição de equipamentos e eletrodomésticos destinados às cozinhas das unidades escolares da rede municipal de ensino

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.1. A presente contratação, está contemplada no Plano Anual de Contratações publicado mediante o decreto municipal nº 474 de 29 de dezembro de 2025, desse modo encontra respaldo legal e orçamentário.

2.2. Ressalta-se que, embora a contratação estivesse inicialmente prevista no PCA para o mês de setembro, optou-se pela antecipação de sua execução para o mês de março, em razão da não efetivação da contratação no exercício anterior, ocasionada pela insuficiência de dotações orçamentárias à época.

2.3. No exercício corrente, com a devida previsão orçamentária e a recomposição das dotações necessárias, tornou-se viável a antecipação da contratação, medida que se mostra necessária para garantir o adequado funcionamento das cozinhas e refeitórios das unidades escolares.

2.4. Destaca-se, ainda, que as metas e objetivos que fundamentam esta contratação encontram-se devidamente previstos no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município, permanecendo inalterado o alinhamento estratégico da demanda, apesar da alteração do cronograma inicialmente previsto.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A presente contratação decorre da necessidade de assegurar o adequado funcionamento das cozinhas e refeitórios das unidades escolares da rede municipal de ensino, considerando a demanda contínua e diária pela preparação, armazenamento, conservação e distribuição da alimentação escolar, em conformidade com as normas sanitárias, operacionais e de segurança alimentar vigentes.

3.2. As unidades escolares atendem cerca de 2.000 alunos, o que exige estrutura física e equipamentos compatíveis com o volume de produção das refeições. O adequado desempenho das atividades depende diretamente da disponibilidade de equipamentos em pleno funcionamento, com capacidade técnica suficiente para suportar a rotina intensa de uso.

3.3. Constatou-se que parte dos equipamentos atualmente em uso encontra-se em avançado estado de desgaste, decorrente do tempo prolongado de utilização, da elevada frequência de operação e da natural depreciação dos bens. Muitos apresentam falhas recorrentes, redução de eficiência, aumento do consumo de energia e necessidade constante de manutenção corretiva.

3.4. Verificou-se, ainda, a existência de equipamentos totalmente inoperantes, sem viabilidade técnica ou econômica de reparo, seja pela indisponibilidade de peças no mercado, seja pelo custo de manutenção desproporcional em relação ao valor de reposição do bem.

3.5. A insuficiência ou precariedade dos equipamentos impacta diretamente a eficiência operacional das cozinhas escolares, podendo ocasionar atrasos na produção das refeições, sobrecarga de trabalho às equipes, maior risco de acidentes, inadequação no armazenamento de alimentos e possibilidade de descumprimento das boas práticas de manipulação exigidas pela legislação sanitária.

3.6. A substituição dos equipamentos inservíveis e a renovação daqueles tecnicamente defasados mostram-se medidas necessárias para garantir continuidade, regularidade e qualidade na prestação do serviço público de alimentação escolar, assegurando condições adequadas de trabalho aos servidores e ambiente seguro para a preparação dos alimentos.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os bens adquiridos se enquadram como comum pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

4.2. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possua registro de sanção que impeça sua contratação, bem como esteja devidamente regular com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho.

4.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, em até 20 (vinte) dias úteis, conforme solicitação da Secretaria de Educação, contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Fornecimento.

4.4. Em caso de divergência entre a descrição dos itens e o descrito no CATMAT, deve prevalecer a descrição detalhada dos itens no Termo de Referência;

4.5. As despesas com embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos decorrentes da entrega e da aquisição dos objetos da licitação, correrão por conta da contratada.

4.6. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.7. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;



4.8.A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.9.A contratação deverá atender às necessidades operacionais das cozinhas e refeitórios das unidades escolares da rede municipal de ensino, observando critérios técnicos, funcionais, de segurança e de durabilidade, de modo a assegurar o adequado desempenho dos equipamentos e mobiliários a serem adquiridos.

4.10. Os bens a serem fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de manual de instruções em língua portuguesa, bem como de certificação de conformidade, quando aplicável, atendendo às normas técnicas e regulamentações vigentes, especialmente aquelas relacionadas à segurança elétrica, sanitária e à eficiência energética.

4.11. Os equipamentos deverão apresentar características compatíveis com uso contínuo, capacidade adequada às rotinas das unidades escolares e resistência compatível com ambiente de cozinha institucional.

4.12.A contratação deverá prever garantia mínima legal, bem como assistência técnica autorizada ou meios adequados para suporte técnico durante o período de garantia, assegurando a manutenção da funcionalidade dos equipamentos.

4.13. O fornecimento deverá contemplar a entrega nos locais indicados pela Secretaria de Educação, observando prazos, condições de transporte adequadas e responsabilidade pela integridade dos bens até a sua entrega definitiva.

4.14. Os requisitos específicos de cada item, tais como dimensões, capacidades, potência, materiais, padrões de desempenho e demais especificações técnicas, estão detalhados no item 8 deste ETP, de forma a assegurar a adequada definição do objeto e a ampla competitividade do certame.

4.15. Não poderão participar desta licitação as empresas:

4.15.1. Proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.15.2. Que não atendam às condições deste Termo de Referência;

4.15.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/21;

4.15.4. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

5.DA ENTREGA DO OBJETO

5.1. Os produtos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Fornecimento, nas unidades indicadas pela Secretaria de Educação, sem quaisquer tipos de ônus (como frete, transporte, seguro e/ou demais custos advindos da entrega dos produtos) para a Contratante;

5.2. O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado, nas mesmas condições dantes contratadas, por acordo das partes;

5.3. Os produtos deverão ser entregues lacrados, de forma a proteger o material da ação da luz, poeira e umidade;

5.4. O item 06 (FOGÃO INDUSTRIAL DE BAIXA PRESSÃO 6 BOCAS COM FORNO) deve ser entregue instalado e testado em pleno funcionamento no local indicado pela Secretaria de Educação, ficando sob responsabilidade da contratada todos os custos com transporte, montagem, fixação, conexão à rede de gás existente e demais insumos necessários à perfeita instalação. A instalação deverá ser realizada por profissional tecnicamente habilitado, observando as normas de segurança vigentes. Deverão ser realizados testes de funcionamento, verificação de estanqueidade e regulagem de queimadores, com entrega do equipamento em condições adequadas de uso.

5.5. Os produtos deverão ser novos e sem uso, originais de fábrica, deverão ser entregues intactos, sem amassados, danificados ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade, respeitando as embalagens primárias e secundárias.

5.6. Não serão aceitos equipamentos reconicionados, manufaturados, falsificados ou outra terminologia empregada para indicar que o produto é proveniente de reutilização de material;

5.7. A Secretaria Municipal de Educação, rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o edital.

5.8. Na hipótese de rejeição por fornecimento do produto em desacordo com as especificações, a contratada deverá substituir o produto em até 10 (dez) dias;

5.9. Não será permitida a troca de produtos, bem como de marca, salvo em casos justificados e aceitos pela Secretaria e/ou quando os produtos sejam de qualidade igual ou superior ao contratado;

5.10. A Contratada deverá garantir que o fornecimento estará isento de defeitos e/ou irregularidades, devendo substituir o objeto caso não se apresente em conformidade, sem ônus para o Município.

5.11. Os produtos devem estar acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português e a relação da rede de assistência técnica autorizada.

5.12. Todos os prazos e garantias, que por ventura não foram citados neste termo, deverão estar dentro das condições estipuladas no Código do Consumidor.

6.LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Para a definição da solução mais adequada ao atendimento da necessidade identificada, realizou-se levantamento de mercado com o objetivo de avaliar as alternativas disponíveis, bem como as formas de contratação compatíveis com a legislação vigente e com as características do objeto.

6.2. No que se refere às possíveis soluções para sanar o problema, foram analisadas as seguintes alternativas:

a) Aquisição dos bens: Consiste na compra definitiva dos equipamentos necessários ao funcionamento das cozinhas e refeitórios escolares. Trata-se de solução amplamente adotada pela Administração Pública, permitindo o uso contínuo dos bens, a padronização dos equipamentos, maior controle patrimonial e melhor custo-benefício ao longo do tempo.

b) Locação dos bens: Alternativa que envolve a contratação de empresa para disponibilização temporária dos equipamentos. Embora viável em determinadas situações, mostrou-se menos vantajosa para a Administração, considerando a natureza permanente da demanda, o custo recorrente da locação e a necessidade de disponibilidade contínua dos equipamentos ao longo do exercício.

c) Outras formas de atendimento da demanda: Foram consideradas alternativas como reaproveitamento, remanejamento ou manutenção de equipamentos existentes. Contudo, tais medidas não se mostram suficientes para atender integralmente às



necessidades atuais das unidades escolares, seja pela insuficiência quantitativa, seja pela inadequação funcional de parte dos equipamentos disponíveis.

6.3. Após a análise das alternativas, conclui-se que a aquisição dos bens é a solução que melhor atende ao interesse público, garantindo eficiência operacional, economicidade e continuidade do serviço de alimentação escolar.

6.4. Quanto às formas de contratação, foram avaliadas as seguintes possibilidades:

a) Adesão a Ata de Registro de Preços: Foi realizada consulta a atas vigentes, entretanto verificou-se que nenhuma delas contempla, de forma integral, todos os itens necessários à presente contratação, o que inviabiliza sua adoção como solução única para atendimento da demanda.

b) Dispensa de licitação: Considerada inaplicável, tendo em vista o valor estimado da contratação e a natureza do objeto, que não se enquadram nas hipóteses legais de dispensa previstas na legislação vigente.

c) Pregão eletrônico: Modalidade que se mostra adequada ao objeto, por se tratar de aquisição de bens comuns, com especificações usuais de mercado, permitindo ampla competitividade, transparência, obtenção da proposta mais vantajosa e observância dos princípios da economicidade e da isonomia.

6.5. Diante do exposto, conclui-se que a solução mais adequada consiste na aquisição dos equipamentos e mobiliários por meio de pregão eletrônico, por atender de forma eficiente às necessidades da Administração, bem como por se mostrar compatível com as práticas de mercado e com a legislação aplicável.

6.6. Após analisar a demanda em questão, realizou-se o levantamento de mercado, constatando que há contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades públicas. Portanto, trata-se de uma demanda não exclusiva ou atípica para o mercado.

6.7. Foram analisadas contratações semelhantes realizadas por outros órgãos e entidades, consultando diversos editais, com objetivo de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não foram observadas grandes variações na execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Diante das necessidades identificadas, sugere-se, como possível solução, a contratação de empresa especializada no fornecimento dos itens, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

7.2. Considerando as características do objeto, a ampla disponibilidade dos bens no mercado e a necessidade de assegurar competitividade e economicidade, sugere-se que a contratação seja realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, adotando-se como critério de julgamento o menor preço por item, em conformidade com o disposto nos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3. A adoção do critério de julgamento por item mostra-se adequada à natureza do objeto, por possibilitar a ampliação da competitividade, a participação de maior número de fornecedores e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, preservando os princípios da transparência, eficiência e interesse público.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi realizada com base em levantamento prévio junto às unidades escolares da rede municipal de ensino, considerando as necessidades operacionais das cozinhas de cada instituição.

8.2. Para esse levantamento, as instituições de ensino foram formalmente consultadas e preencheram planilhas específicas, nas quais indicaram as demandas necessárias, observadas as rotinas de preparo, armazenamento e distribuição da alimentação escolar.

8.3. Após o recebimento das informações, as planilhas individuais foram consolidadas, resultando na definição das quantidades totais estimadas para cada item, de forma a atender à demanda real das unidades escolares.

8.4. A contratação abrangerá uma variedade de 21 produtos/itens, os quais estão detalhados na tabela abaixo.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	01	Unid	BATEDEIRA PLANETÁRIA BOWL INOX 4L. Potência de, no mínimo, 775 W Alimentação elétrica 127 V Capacidade de 4 litros Bowl em inox Sistema de mistura do tipo planetário que assegure distribuição homogênea dos ingredientes 12 níveis de velocidade O equipamento deverá ser construído com corpo resistente e fácil de higienizar, Base antiderrapante e porta-fio Tampa antirrespingos Três batedores: batedor raquete para massas leves e médias, batedor de claras em neve e batedor de massas pesadas. Dimensões aproximadas 38x34x23cm (LxAxP) O equipamento deverá ser fornecido com manual de instruções em língua portuguesa e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Deverá atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica de equipamentos eletroportáteis.	R\$ 816,50	R\$ 816,50



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

2.	02	Unid	BATEDEIRA PLANETARIA SEMI-INDUSTRIAL 5 LITROS. Potência 800W Tensão 127V Estrutura em aço com acabamento em pintura epóxi Cuba em aço inox Grade de proteção cromada Sistema eletrônico de variação de velocidade 10 níveis de velocidade Com 3 batedores (batedor espiral, batedor raquete e batedor globo) Parte superior basculante Dimensões aproximadas 42x29x45cm (AxLxP)	R\$ 2.669,96	R\$ 5.339,92
3.	01	Unid	BEBEDOURO DE ÁGUA INDUSTRIAL COLUNA 100 LITROS Tensão elétrica 127V Motor 220W 3 torneiras de metal cromado Sistema de refrigeração por compressor de alta eficiência e gás refrigerante ecológico R134A Termostato ajustável com 7 níveis de temperatura O corpo e a estrutura deverão ser construídos em aço inoxidável 430 Serpentina de refrigeração interna em aço inoxidável 304 Reservatório interno em polipropileno atóxico com capacidade de 100 litros Isolamento térmico interno em material inerte Com kit de instalação O equipamento deverá dispor de saídas de água por torneiras metálicas cromadas, sistema de filtragem com filtro de carvão ativado externo com conexão de ½ polegada, bóia controladora de nível de água e bandeja coletora com dreno em aço inox 430. A base deverá ser estável, com pés reguláveis, e os pontos de saída de água deverão estar em altura compatível com uso de copos e recipientes. Dimensões aproximadas 121x78x61cm (AxLxP) O equipamento deve ser fornecido com manual de instalação e operação em língua portuguesa, filtro externo de água, kit completo de instalação com engates, e conectores, bem como assistência técnica autorizada. O produto deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, abrangendo componentes elétricos, mecânicos e de refrigeração, e atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica e a critérios de potabilidade e higiene de água.	R\$ 3.348,69	R\$ 3.348,69
4.	02	Unid	CENTRÍFUGA DE ALIMENTOS ELETROPORTÁTIL. Potência mínima de 800 W Alimentação elétrica 127 V Com trava de fechamento que impede o funcionamento sem o correto encaixe da tampa e componentes. Pilão e bocal extragrande Filtro em aço Coletor de resíduos Capacidade da jarra 0,5L Os recipientes e componentes em contato com alimentos deverão ser fabricados em plásticos de engenharia de uso alimentício isentos de substâncias nocivas e/ou aço inoxidável, Com eixo e lâmina em aço inoxidável Base com pés antiderrapantes Com duas velocidades de operação e função pulsar Com proteção térmica contra sobrecarga do motor e dispositivos de segurança que desativem o equipamento em caso de montagem inadequada. Dimensões aproximadas 39x38,5x22cm (AxLxC) O equipamento deverá ser fornecido com manual de instruções	R\$ 788,67	R\$ 1.577,34



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

			em língua portuguesa e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Deverá atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica e de desempenho de equipamentos eletroportáteis para alimentação		
5.	02	Unid	CHALEIRA ELÉTRICA 2L INOX. Capacidade mínima de 2 litros Alimentação elétrica 127 V Potência de 1.200 W Corpo em inox ou aço inoxidável Base com conexão elétrica destacável (base giratória 360°). Cabo com no mínimo 50 cm Jarra removível sem fio O equipamento deverá dispor de sinalização visual de nível de água, proteção térmica contra superaquecimento e dispositivo automático de desligamento ao atingir ponto de ebulição ou em ausência de água Tampa com trava de segurança Filtro coador Alça isolante térmica Dimensões aproximadas: 24x17x23(AxLxC) O produto deverá ser fornecido com manual de instruções em português, garantia mínima de 12 (doze) meses, atendimento às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica de eletroportáteis.	R\$ 168,83	R\$ 337,66
6.	01	Unid	FOGÃO INDUSTRIAL DE BAIXA PRESSÃO 6 BOCAS COM FORNO Grelhas em ferro fundido com dimensão mínima de 40x40 cm e perfil de mesa de 10 cm Queimadores duplos em ferro fundido de 180mm Controle individual de chama Estrutura em aço carbono de alta resistência com acabamento em pintura pó eletrostática com base fosfatizada ou aço inoxidável de grau alimentar Com corpo e mesa robustos que suportem uso intenso Fácil higienização e manutenção. Com tubo distribuidor de gás de 1" com acabamento cromado e entrada de gás reversível Registro cromado de controle Bandeja coletora em aço galvanizado para retenção de resíduos. Forno de 80 litros com porta em aço inoxidável e uma grelha interna. Isolamento térmico em lã de rocha e três níveis de graduação de altura para as grelhas. O equipamento deverá incluir pés reguláveis ou base estável, sistema de fixação dos queimadores por encaixe para remoção simplificada Deve atender às condições ergonômicas e de segurança operacional, incluindo distância adequada entre superfície de trabalho e queimadores. Dimensões aproximadas 106x153x82cm (CxLxA) O equipamento deverá ser fornecido com manual de instruções e manutenção em língua portuguesa e garantia mínima de 180 dias contra defeitos de fabricação, incluindo assistência técnica e disponibilidade de peças de reposição. O produto deverá atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança de equipamentos a gás e dispositivos industriais de cocção O equipamento deverá ser entregue, instalado e testado em pleno funcionamento no local indicado pela Secretaria de Educação , ficando sob responsabilidade da contratada todos os custos com transporte, montagem, fixação, conexão à rede de gás existente e demais insumos necessários à perfeita instalação. A instalação deverá ser realizada por profissional tecnicamente habilitado, observando as normas de segurança vigentes, inclusive normas técnicas brasileiras aplicáveis a instalações de	R\$ 4.875,67	R\$ 4.875,67



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

			<p>gás combustível e segurança em equipamentos para cocção profissional.</p> <p>Deverão ser realizados testes de funcionamento, verificação de estanqueidade e regulagem de queimadores, com entrega do equipamento em condições adequadas de uso.</p>		
7.	03	Unid	<p>FORNO ELÉTRICO DE BANCADA 44 LITROS.</p> <p>Capacidade interna aproximada de 44 litros</p> <p>Alimentação elétrica: 127 V</p> <p>Potência de 1.775W</p> <p>Controle de temperatura ajustável na faixa mínima de 50 °C a 320 °C, resistências superior e inferior com acionamento independente</p> <p>Função grill/dourador</p> <p>Temporizador de até 120 minutos com aviso sonoro</p> <p>Luz interna</p> <p>Porta com vidro duplo resistente ao calor</p> <p>Revestimento interno autolimpante</p> <p>Bandeja coletora esmaltada e grade cromada removível.</p> <p>Dimensões externas aproximadas de 37x57,5x52cm (AxLxP).</p> <p>O equipamento deverá ser fornecido com manual em língua portuguesa, cabo de alimentação conforme padrão ABNT, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e certificação de conformidade com normas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica, quando exigível.</p>	R\$ 862,34	R\$ 2.587,02
8.	01	Unid	<p>FORNO ELÉTRICO DE BANCADA 60 LITROS.</p> <p>Capacidade interna de 60 litros</p> <p>Alimentação elétrica 127 V</p> <p>Potência mínima de 1.600 W em 127 V</p> <p>Controle de temperatura ajustável na faixa de 90 °C a 230 °C</p> <p>Temporizador com programação de até 120 minutos com desligamento automático e alarme sonoro.</p> <p>O equipamento deverá dispor de pelo menos três opções de aquecimento, quatro resistências (2 superiores e 2 inferiores) para distribuição uniforme do calor, luz interna para visualização durante a operação, grelha em aço inoxidável removível, bandeja coletora de resíduos e luz indicadora de funcionamento.</p> <p>Dimensões externas aproximadas de 37x59x42,3cm (AxLxP).</p> <p>O produto deverá ser construído com materiais resistentes e de fácil higienização</p> <p>Porta com vidro temperado resistente ao calor</p> <p>Fornecido com manual de instruções em língua portuguesa e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>O equipamento deve atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica de aparelhos eletrodomésticos</p>	R\$ 1.101,33	R\$ 1.101,33
9.	03	Unid	<p>FORNO DE CONVECÇÃO COM VAPOR 60 litros.</p> <p>Para uso profissional</p> <p>Capacidade interna aproximada de 60 litros</p> <p>Alimentação elétrica 220 V</p> <p>Potência aproximada de 3.000 W</p> <p>Controlador digital de tempo e temperatura ajustável até 250 °C</p> <p>Isolamento térmico com lã de rocha e câmara de ar</p> <p>Estrutura em aço inox AISI 430 e assadeiras em alumínio</p> <p>Porta em vidro</p> <p>Alarme sonoro e luz interna.</p> <p>Conexões de entrada de água 3/4"</p> <p>O equipamento deverá incluir mínimo de cinco assadeiras perfuradas em alumínio com dimensões aproximadas de 35 cm x 35 cm, distância de 7 cm entre cada assadeira</p> <p>Painel de comando digital</p> <p>Função de injeção de vapor para otimização de textura em massas</p> <p>Base estável.</p> <p>Dimensões externas aproximadas de 51x59x65cm (AxLxP).</p>	R\$ 4.850,00	R\$ 14.550,00



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

			O equipamento deverá ser fornecido com manual em língua portuguesa, garantia mínima de 06 (seis) meses contra defeitos de fabricação, atendimento às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica.		
10.	01	Unid	<p>FREEZER HORIZONTAL 528 LITROS 2 PORTAS Capacidade interna mínima de 528 litros 127V Cor branca Duas portas de acesso independente Tecnologia inverter Painel de controle externo com ajuste de temperatura em mínimo de 5 níveis, permitindo faixa de operação de aproximadamente 3 °C a -23 °C Com sistema de circulação que assegure uniformidade térmica interna e mínima variação entre compartimentos. Classificação energética A. Gás ecológico Degelo manual A estrutura externa deve ser construída em materiais rígidos e duráveis, com revestimento que resista à corrosão, interior com acabamento liso para facilitar higienização Grades organizadoras internas Dreno frontal Com rodinhas e pés reguláveis Sistema de vedação das tampas em material resistente e durável Dimensões aproximadas 94,3x147x77,3 cm (AxLxP) Deve ser fornecido com manual de instruções em língua portuguesa e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e desempenho, Deve atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica e de desempenho de equipamentos de refrigeração e congelamento</p>	R\$ 4.819,83	R\$ 4.819,83
11.	02	Unid	<p>FRITADEIRA ELÉTRICA AIR FRYER OVEN DIGITAL 12L. Alimentação elétrica 127V Potência mínima 1800W Capacidade total 12L Dois andares Temperatura ajustável de 30°C a 200°C Desligamento automático Circulação de ar em 360° Revestimento antiaderente Painel digital com 10 funções pré-programadas Timer 1 min - 90 min Porta com abertura lateral com visor, porta removível Luz interna Cor Inox e Preto 2 grelhas antiaderentes, 1 bandeja coletora, 1 cesto antiaderente 4,5L Dimensões aproximadas: 43,8x40,8x43cm (CxLxA)</p>	R\$ 908,39	R\$ 1.816,78
12.	05	Unid	<p>GELADEIRA FROST FREE DUPLEX 463 LITROS Cor branca. 127V Classificação energética mínima A 5 níveis de temperatura Capacidade do freezer 106 litros Capacidade da geladeira 357 litros Duas portas independentes com puxadores ergonômicos Com compartimento extra frio, gaveta de frutas e legumes Prateleiras de vidro temperado removíveis Painel Touch Painel de controle externo com seleção de temperatura e indicadores de funcionamento Proteção contra corrosão Iluminação interna LED Pés estabilizadores com 2 rodízios traseiros Dimensões aproximadas 184,5x70x75,5cm (AxLxP)</p>	R\$ 4.222,33	R\$ 21.111,65



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

			Deve ser fornecido com manual de instruções em língua portuguesa e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e desempenho, Deve atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica e de desempenho de equipamentos de refrigeração e congelamento		
13.	03	Unid	LAMINADOR DE MASSAS/CILINDRO ELÉTRICO 28cm Motor de 1/4CV, protegido com carenagem em polímeros antichamas Tensão elétrica 127V Rolos de laminação em aço cromado com 28 cm de aproveitamento e 5,7cm de diâmetro Abertura entre os rolos regulável de 0 até 7mm Pés emborrachados Com cortador de talharim com sistema de encaixe fácil Dimensões aproximadas 43,5x34,5x24cm (CxLxA) Conteúdo da embalagem: 1 laminador, 1 cortador de massas (talharim), 1 chapa de proteção, 2 manípulos e 1 manual de instruções O produto deverá ser fornecido com manual de instruções em língua portuguesa e garantia mínima de 3 meses contra defeitos de fabricação, abrangendo partes elétricas e mecânicas. O equipamento deverá atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica	R\$ 766,13	R\$ 2.298,39
14.	05	Unid	LIQUIDIFICADOR 3,2L Potência de 1.400W Alimentação elétrica 127 V 15 velocidades e função pulsar. Jarra de plástico ou vidro com alça, resistente a choques térmicos e mecânicos, com tampa de fechamento seguro e vedação adequada. Jarra de 3,2 litros, capacidade útil de 2 litros, Lâminas de aço inoxidável com geometria apropriada para mistura, trituração e homogeneização de alimentos e ingredientes. Base fabricada em material rígido e resistente, com pés antiderrapantes O equipamento deverá dispor de sistema de segurança que impeça o funcionamento sem o copo devidamente encaixado, isolamento elétrico compatível com norma, e proteção térmica contra sobrecarga do motor. Dimensões aproximadas 20,5x42,2x22cm (LxAxP) O produto deverá ser fornecido com manual de instruções em língua portuguesa e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. O equipamento deverá atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica.	R\$ 362,33	R\$ 1.811,65
15.	02	Unid	LIQUIDIFICADOR ALTA ROTAÇÃO INOX 2 LITROS. Capacidade de 2 litros Potência nominal: 360W/380W Potência máxima: 800W Rotação: 18000 rpm Frequência: 60Hz Alimentação elétrica: 127 V Motor e componentes dimensionados para operação contínua em alta velocidade. Copo monobloco em aço inox 304 polido sem soldas Corpo em aço inox polido Lâminas em aço inoxidável reforçado Tampa com dosador. Estrutura em aço inoxidável ou equivalente com base estável e pés antiderrapantes. O equipamento deverá ser fornecido com manual em português, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, e atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica.	R\$ 553,50	R\$ 1.107,00



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

16.	02	Unid	LIQUIDIFICADOR ALTA ROTAÇÃO INOX 4 LITROS. Liquidificador industrial de alta rotação Capacidade de 4 litros Potência nominal: 550W/510W Potência máxima: 1200W Rotação: 22000 rpm Frequência: 60Hz Alimentação elétrica: 127 V Motor e componentes dimensionados para operação contínua em alta velocidade. Copo monobloco em aço inox 304 polido sem soldas Corpo em aço inox polido Lâminas em aço inoxidável reforçado Tampa com dosador. Estrutura em aço inoxidável ou equivalente com base estável e pés antiderrapantes. O equipamento deverá ser fornecido com manual em português, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, e atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica.	R\$ 809,28	R\$ 1.618,56
17.	01	Unid	LIQUIDIFICADOR BAIXA ROTAÇÃO LEVE INOX 8 LITROS. Capacidade de 8 litros Potência: 800W Rotação: 6000 rpm Frequência: 60Hz Alimentação elétrica: 127 V Copo monobloco em aço inox 304 polido sem soldas Corpo em aço inox polido Lâminas em aço inoxidável reforçado Tampa com dosador. Estrutura em aço inoxidável ou equivalente com base estável e pés antiderrapantes. O equipamento deverá ser fornecido com manual em português, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, e atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica.	R\$ 826,36	R\$ 826,36
18.	02	Unid	MÁQUINA DE LAVAR 11 KG. Alimentação elétrica 127 V Tipo de abertura: superior (top load) Controle eletromecânico e classificação energética mínima A. O equipamento deverá possuir sistema de lavagem por agitação com mínimo de 10 programas de lavagem 4 níveis de roupa Opção de ciclo rápido de aproximadamente 19 minutos Centrifugação e enxágue Filtro retentor de fiapos Dispensers para sabão, amaciante e alvejante com diluição inteligente Função de reaproveitamento de água Temporizador Pés niveladores Consumo de água: aproximadamente 107 (L/ciclo) Cor Branca Com mangueira de entrada de água e mangueira de drenagem Cesto em material plástico ou similar resistente à corrosão e estrutura com pés niveladores. Dimensões aproximadas de 103x59,5x67cm (AxLxP). O equipamento deverá ser fornecido com manual de instruções em língua portuguesa, cabo de alimentação conforme padrão ABNT, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, bem como atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica.	R\$ 2.766,00	R\$ 5.532,00



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

19.	02	Unid	<p>MICRO-ONDAS DE BANCADA 34L. Capacidade interna de 34 litros Alimentação elétrica 127 V Potência de 1.300 W a 1.400 W com frequência de 60 Hz e classe de eficiência energética A. Painel de controle digital com, no mínimo, 10 ajustes de potência, display e teclas para programação de tempo e potência, temporizador com relógio integrado Prato giratório com diâmetro mínimo de 32,5 cm Trava de segurança contra operação involuntária Abertura da porta frontal Luz interna para visualização do processo de aquecimento Funções pré-programadas incluindo descongelamento, tira odor, manter aquecido e menus de preparo rápido (ex.: Menu Dia a Dia, Menu Kids e Menu Light). Dimensões externas aproximadas de 53,9x30x42,4cm (LxAxP). O aparelho deve ser construído com materiais adequados à segurança e durabilidade, com cavidade interna de fácil higienização, porta com vidro resistente ao calor, estrutura estável para uso em bancada, e acompanhar manual técnico em português, cabo de alimentação compatível com padrões ABNT e instruções de instalação, operação, manutenção e segurança. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, e em conformidade com normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica de micro-ondas, quando exigível.</p>	R\$ 882,00	R\$ 1.764,00
20.	06	Unid	<p>MULTIPROCESSADOR 1400W 127V. Multiprocessador de alimentos eletroportátil, multifunções 9 em 1, deve integrar em um único conjunto as funcionalidades mínimas de processar, picar, triturar, misturar, ralar, fatiar, cortar, liquidificar e espremer alimentos. Potência nominal mínima de 1.400 watts, alimentação 127V Duas velocidades selecionáveis e função pulsar. Copo de liquidificador com capacidade total mínima de 3,2 litros e capacidade útil não inferior a 1,7 litros Jarra do processador com capacidade mínima de 2,1 litros Lâminas e discos de corte em aço inoxidável ou material equivalente com resistência à corrosão e ao desgaste Recipientes em plástico AS, apropriado para contato com alimentos, isento de substâncias nocivas. Dispositivos de segurança com travamento que impeça funcionamento sem correto encaixe, base com pés antiderrapantes, acessórios removíveis e laváveis. Acessórios: 01 Copo de liquidificador, 01 jarra de multiprocessador, 01 espremedor de frutas, 01 adaptador de laminas, 01 lamina de fatiar, 01 lamina de ralar, 02 laminas de processar, 01 batedor e 01 emulsificador. O equipamento deverá ser fornecido com manual em língua portuguesa, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e certificação de conformidade com normas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica, quando exigível. Dimensões aproximadas: 45x27x26cm (AxLxC)</p>	R\$ 511,20	R\$ 3.067,20
21.	02	Unid	<p>TANQUINHO DE LAVAR ROUPA 10KG. Semiautomático Cor branca Capacidade mínima de 10 kg de roupas secas Alimentação elétrica 127 V Potência 330W Abertura superior Sistema de lavagem por turbilhamento Com mínimo de 5 programas de lavagem Copo/cuba com capacidade total de 89 litros Dispensers para sabão e amaciante integrados Filtro de fiapos Agitador removível</p>	R\$ 728,00	R\$ 1.456,00



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

			Estrutura em material plástico de engenharia polipropileno Base estável Saída de água manual com mangueira de drenagem Classificação energética A. Dimensões externas aproximadas 96x56,5x56,5 cm (AxLxP) O equipamento deverá ser fornecido com manual técnico em português e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. O produto deve atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica.		
TOTAL GERAL					R\$ 81.763,55

9. ESTIMATIVA DE VALORES

9.1. Considerando os orçamentos realizados, a metodologia empregada para calcular o valor de referência unitário baseou-se na média aritmética dos preços obtidos.

9.2. O valor total máximo da contratação é de R\$ 81.763,55 (oitenta e um mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), conforme detalhado no item 8.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. Considerando as características do objeto e a possibilidade de divisão sem prejuízo ao conjunto a ser contratado, sugere-se a aplicação do princípio do parcelamento, com a realização de licitação do tipo menor preço por item.

10.2. O parcelamento mostra-se adequado por viabilizar a divisão do objeto de forma tecnicamente possível, ampliar a competitividade, favorecer a economicidade e evitar a concentração de mercado, permitindo a participação de um maior número de fornecedores, sem comprometer a execução da contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

11.1. Não foram identificadas contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Garantir o adequado funcionamento das cozinhas e refeitórios das unidades escolares da rede municipal de ensino, por meio da disponibilização de equipamentos compatíveis com as demandas operacionais, assegurando condições adequadas para o preparo, armazenamento e distribuição da alimentação escolar.

12.2. Melhorar a eficiência dos processos internos, a redução de falhas operacionais e o fortalecimento das condições de segurança alimentar, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

12.3. Contribuir para a continuidade e a qualidade do serviço público de alimentação escolar, proporcionando melhores condições de trabalho às equipes responsáveis.

12.4. Promover a utilização racional dos recursos públicos, por meio da aquisição de bens duráveis, com adequada relação custo-benefício, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Em decorrência de já existirem locais pré-determinados para a alocação e instalação destes equipamentos não há necessidade de tomada de providências prévias.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

14.1. A presente contratação pode gerar impactos ambientais relacionados ao consumo de energia elétrica, utilização de gás combustível (GLP), uso de fluidos refrigerantes, emissão de ruídos, geração de resíduos sólidos (embalagens, filtros, peças substituíveis) e descarte dos equipamentos ao final de sua vida útil.

14.2. Os impactos associados são considerados de baixo a moderado potencial, sendo passíveis de mitigação mediante adoção de critérios técnicos sustentáveis na especificação e execução contratual.

14.3. Como medidas mitigadoras, deverão ser observados os seguintes requisitos:

14.4. Exigência de equipamentos com eficiência energética compatível com padrões de mercado, priorizando modelos com melhor desempenho energético;

14.5. Utilização de fluido refrigerante ecológico, que não agride a camada de ozônio e atenda à legislação ambiental vigente;

14.6. Estruturas fabricadas, sempre que possível, em materiais recicláveis ou de maior durabilidade, como aço inoxidável ou aço com tratamento anticorrosivo;

14.7. Exigência de conformidade com normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança elétrica, eficiência energética e segurança no uso de gás combustível;

14.8. Orientação quanto à instalação adequada, evitando desperdícios de energia e riscos ambientais;

14.9. Destinação ambientalmente adequada de embalagens, componentes substituíveis e equipamentos inservíveis, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais normas correlatas.

14.10. Ao término da vida útil dos bens, a Administração deverá promover o descarte ambientalmente correto, priorizando reciclagem e reaproveitamento de materiais, quando possível.

14.11. Dessa forma, conclui-se que os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação são controláveis e mitigáveis, desde que observadas as exigências técnicas e boas práticas de uso e manutenção dos equipamentos.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

15.DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1.Com base neste Estudo Técnico Preliminar, declaramos que a solução apresentada é viável, pois a necessidade apontada é adequadamente justificada e está alinhada com os objetivos da Secretaria Municipal de Educação.

16.ANEXOS

16.1.Mapa de riscos

16.2.Cotação de Preços

17.RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

LUIZ CARLOS LEDUR

Secretário Municipal De Educação

JAQUELINE ROHR GROHALSKI GOMES

Agente De Administração

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026.

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(Uso obrigatório por todas as licitantes)

(Preferencialmente em papel timbrado da licitante)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº neste ato representada por, cargo, RG/CPF (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº .../... em epígrafe que tem por objeto a aquisição de xxx conforme segue:

1. Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas:

*** Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.**

* NA PROPOSTA DEVERÁ CONSTAR O OBJETO DE FORMA INTEGRAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA.

2. Preço para fornecimento do objeto da presente licitação (unitário e total devidamente especificados), com até duas casas decimais (0.00).

2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$1,00 (um real)** para itens de até R\$500,00; de **R\$5,00 (cinco reais)** para itens de R\$ 500,01 a R\$ 1.000,00; e de **R\$ 10,00 (dez reais)** para itens acima de R\$ 1.000,00.

2.2. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Ser~~a~~**á ef**~~e~~**tuada a análise respeitada a ordem de classificaç**~~ão~~**ão.**

3. Prazo de validade da Proposta não inferior a 60 (SESSENTA) dias, contados da data da abertura do Processo.

4. Prazo de entrega do objeto.

5. Data, Carimbo e assinatura do Representante Legal da proponente.

DECLARAÇÕES:

DECLARAÇÕES:

A - A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

B - A proponente declara que os produtos, estão devidamente registrados no órgão competente e atendem às normas de controle de qualidade.

C - A proponente declara que o preço proposto contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), incidentes sobre o objeto deste certame.

D - A proponente declara estar ciente que prevalecerá a descrição do objeto do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, caso haja discordância com a do CATMAT.

CONSIDERAÇÕES:

Poderá ser solicitada amostra nos termos do item 6.10 do edital.

Caso haja dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas por e-mail licitacaoclm@hotmail.com e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407, em horário de expediente (07:45 às 11:45 e 13:30 às 17:30).

....., _____ de _____ de _____.

Nome/ cargo / assinatura do Representante Legal



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO III

DECLARAÇÕES UNIFICADAS

PREGÃO ELETRÔNICO xxx/2026.

PROPONENTE.....

ENDEREÇO:

CNPJ/MF: FONE: (0xx.....)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura do Município de Capitão Leônidas Marques, que:

- a) **Não fomos declarados inidôneos** para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
- b) Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- c) Não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#).
- d) Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
- e) **Não possuímos pessoas em nosso quadro societário (contrato social, estatuto social), impedidas de contratar com o Município de Capitão Leônidas Marques-PR** nos termos do artigo 130 da Lei Orgânica c/c com o artigo 14 da Lei 14.133/21 e PREJULGADO nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- f) Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Estamos sob o **regime de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **SIM () NÃO ()**.

....., de de 2026.

Assinatura e Identificação do Responsável Legal e da Empresa
RG/CPF:



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO xxx/2026.

DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO

1 – DA EMPRESA PROPONENTE:

Nome empresarial _____

Rua _____ n° _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

CNPJ n° _____

Conta Corrente n° _____ Agência _____ Banco _____

Inscrição Estadual n° _____ Inscrição Municipal/ISS (alvará) n° _____

Telefone _____ Fax _____

Contador da empresa _____ Telefone _____

2 - DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome _____

Função _____

Data de Nascimento _____ Estado Civil _____

Escolaridade _____ RG n° _____ Órgão emissor _____

CPF _____

Rua _____ n° _____

Bairro _____ Complemento _____ Cidade _____

Estado _____ CEP _____ Telefone _____

Fax _____ Celular _____ E-mail _____

Local e data: ____/____/____/2026.

**Assinatura e Identificação do
Responsável Legal e da Empresa**



ANEXO V

CONTRATO DE xxxxxxxxxxxx Nº XXX/2026. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **MAXWELL SCAPINI**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e;

CONTRATADA: xxxxxxxxxxxx sita xxxxxxxx, xx, xxxxx, Município de xxxxxxxx, Estado xxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato devidamente representada por xxxxxxxxxxxx, portadora do CPF sob n.º xxxxxxxxxxxxxxxx.

- Pactuam o presente contrato, que se regerá pelo que dispõe o Edital em consideração, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

- Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: O Edital da Licitação; O Termo de Referência; O Estudo Técnico Preliminar, A Proposta do contratado; Eventuais anexos dos documentos supracitados.

- Será incorporada a este contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, qualquer modificação, que venha a ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações, especificações, prazos ou normas gerais da CONTRATANTE.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem como objeto a aquisição de equipamentos e eletrodomésticos destinados às cozinhas das unidades escolares da rede municipal de ensino, visando assegurar o adequado funcionamento das cozinhas e refeitórios, considerando a demanda contínua e diária pela preparação, armazenamento, conservação e distribuição da alimentação escolar, em conformidade com as normas sanitárias, operacionais e de segurança alimentar vigentes, de acordo com as especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I, e proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Fica ajustado o valor total do presente Contrato em R\$ xxxxxxxx, para o fornecimento dos itens n.º xxxxxxxxxxxx.

2.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.2. REAJUSTE:

2.2.1. Durante a vigência do Contrato, os valores registrados não serão reajustados.

2.2.2. Somente poderá haver reajuste após 12 (doze) meses da assinatura do contrato e /ou do último ajuste;

2.2.3. No caso de haver prorrogação de prazo, após doze meses, o reajuste poderá ser efetuado de acordo com as variações do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

2.2.4. Compete a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela Contratante, juntando-se o respectivo memorial de cálculo do reajuste.

2.2.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e que possa ser aplicado ao objeto.

2.3. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

2.3.1. Para o restabelecimento da equação, deve a Contratada DEMONSTRAR a ocorrência das hipóteses que condicionam o pedido de ajuste, mediante protocolo, acompanhado de documentação idônea.

2.3.2. Não será liberado reequilíbrio econômico financeiro decorrentes de inflação, que não configurem área econômica extraordinária, **tampouco fato previsível.**

2.3.3. Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro de valores deverão ser encaminhados no e-mail compras@caplmarques.com.br.

2.3.4. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO e GARANTIA

3.1. Os bens adquiridos se enquadram como comum pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

3.2. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possua registro de sanção que impeça sua contratação, bem como esteja devidamente regular com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho.

3.2.1. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

3.2.2.A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.2.3. Não poderão participar desta licitação as empresas:

- e) Proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- f) Que não atendam às condições deste Termo de Referência;
- g) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/21;
- h) Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21

3.3. Os produtos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Fornecimento, nas unidades indicadas pela Secretaria de Educação, sem quaisquer tipos de ônus (como frete, transporte, seguro e/ou demais custos advindos da entrega dos produtos) para a Contratante;

3.3.1. O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado, nas mesmas condições dantes contratadas, por acordo das partes;

3.3.2. As despesas com embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos decorrentes da entrega e da aquisição dos objetos da licitação, correrão por conta da contratada.

3.4. Os produtos deverão ser entregues lacrados, de forma a proteger o material da ação da luz, poeira e umidade.

3.5. O item 06 (FOGÃO INDUSTRIAL DE BAIXA PRESSÃO 6 BOCAS COM FORNO) deve ser entregue instalado e testado, em pleno funcionamento, no local indicado pela Secretaria de Educação, ficando sob responsabilidade da contratada todos os custos com transporte, montagem, fixação, conexão à rede de gás existente e demais insumos necessários à perfeita instalação. A instalação deverá ser realizada por profissional tecnicamente habilitado, observando as normas de segurança vigentes. Deverão ser realizados testes de funcionamento, verificação de estanqueidade e regulação de queimadores, com entrega do equipamento em condições adequadas de uso.

3.6. Os produtos deverão ser novos e sem uso, originais de fábrica, deverão ser entregues intactos, sem amassados, danificados ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade, respeitando as embalagens primárias e secundárias.

3.7. Não serão aceitos equipamentos recondicionados, manufaturados, falsificados ou outra terminologia empregada para indicar que o produto é proveniente de reutilização de material.

3.8. Local, horário e endereço de entrega:

3.8.1. Os produtos poderão ser entregues nos locais abaixo relacionados, conforme solicitação prévia da SEMED, observando-se os respectivos endereços e horários de atendimento.

3.8.2.A entrega poderá ocorrer em um ou mais locais distintos, de forma fracionada, conforme a destinação de cada item, podendo as quantidades de um mesmo produto serem distribuídas entre diferentes unidades escolares, de acordo com a necessidade da SEMED.

Local:	Horário de atendimento:
Secretaria Municipal de Educação Rua José Magnabosco, 486, Centro CEP 85790-047	Segunda a sexta-feira Manhã: 7h45 às 11h45 Tarde: 13h15 às 17h15
CMEI Albina Dallabrida Avenida Tancredo Neves, 242, Centro CEP 85791-000	Segunda a sexta-feira Manhã: 7h45 às 11h45 Tarde: 13h15 às 17h15
CMEI Pequeno Anjo Rua Xambrê, 109, Centro CEP 85790-039	Segunda a sexta-feira Manhã: 7h45 às 11h45 Tarde: 13h15 às 17h15
CMEI Primavera Rua Edevino Fritz, 154, Primavera CEP 85790-193	Segunda a sexta-feira Manhã: 7h45 às 11h45 Tarde: 13h15 às 17h15
Escola Municipal Leonel Brizola Rua Paissandu, 196, Campo da Baixada CEP 85791-221	Segunda a sexta-feira Manhã: 7h45 às 11h45 Tarde: 13h15 às 17h15
Escola Municipal Prof. Terezinha Machado Rua Xambrê, 225, Centro CEP 85790-039	Segunda a sexta-feira Manhã: 7h45 às 11h45 Tarde: 13h15 às 17h15
Escola Municipal Santa Mônica Rua Verde, 358, Santa Mônica CEP 85792-221	Segunda a sexta-feira Manhã: 7h45 às 11h45 Tarde: 13h15 às 17h15
Centro de Atendimento Educacional - CAE Rua Sibipiruna, 95, São Gabriel CEP 85792-450	Segunda a sexta-feira Manhã: 7h45 às 11h45 Tarde: 13h15 às 17h15

3.9.A Secretaria Municipal de Educação, rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o edital.



3.9.1. Na hipótese de rejeição por fornecimento do produto em desacordo com as especificações, a contratada deverá substituir o produto em até 10 (dez) dias.

3.10. Não será permitida a troca de produtos, bem como de marca, salvo em casos justificados e aceitos pela Secretaria e/ou quando os produtos sejam de qualidade igual ou superior ao contratado.

3.11. A Contratada deverá garantir que o fornecimento estará isento de defeitos e/ou irregularidades, devendo substituir o objeto caso não se apresente em conformidade, sem ônus para o Município.

3.11.1. Os produtos devem estar acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português e a relação da rede de assistência técnica autorizada.

3.11.2. Todos os prazos e garantias, que por ventura não foram citados neste termo, deverão estar dentro das condições estipuladas no Código do Consumidor.

3.11.3. Além disso, a contratada deverá prestar assistência técnica durante o período de garantia, sem quaisquer ônus adicionais para a administração, sendo responsável por sanar defeitos, realizar reparos, trocas ou outros serviços necessários para assegurar o pleno funcionamento e conformidade dos produtos/serviços fornecidos, em estrita observância aos direitos dos consumidores estabelecidos no CDC.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA COMPENSAÇÃO E PENALIZAÇÃO

4.1. O Município de Capitão Leônidas Marques-PR, se compromete a efetuar o pagamento, conforme a entrega, em até 30 (trinta) dias de apresentação de nota fiscal no Departamento de Compras Municipal, identificada com o número da licitação e do contrato de fornecimento através de depósito bancário (Conta Jurídica).

A nota fiscal, deverá estar acompanhada das certidões negativas do FGTS, Trabalhista, Municipal e Federal "Unificada", devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento;

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Capitão Leônidas Marques, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.208.834/0001-59, com sede no Paço Municipal Arnaldo F. Busato, situado na Av. Tancredo Neves, 502, Centro.

A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta jurídica a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

A ser enviada física e por e-mail (compras2@caplmarques.com.br).

4.1.1. A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO em atendimento a I.N nº 1234/2012 e I.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (**Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023**);

4.1.2. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, destacando o valor a ser retido, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado; (**Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023**)

§ 1º - Documentos fiscais que não estiverem em conformidade com disposto na Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e alterações, serão notificados, não ocorrendo as devidas correções, fica autorizado a retenção automática, com base nos anexos que integram a I.N 1234/2012 e alterações.

4.1.3. As pessoas jurídicas não sujeitas as retenções conforme artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2145/2023 e demais Instruções complementares da RFB **deverão informar conforme os critérios de enquadramentos.** (**Art. 2º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023**)

4.1.4. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

4.2. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei nº 9.317/96, deverá apresentar cópia autenticada do “Termo de Opção pelo Simples”, juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa Conjunta SRF/STN/SFC nº 23, de 02/03/2001.

4.3. Havendo atraso de pagamento dos créditos resultantes da prestação dos serviços, será acrescido ao valor da respectiva Nota Fiscal, o equivalente 0,1% (zero um por cento) por dia útil de atraso.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:

* 242 – 06.008.12.365.1064.1108.4.4.90.52.00 – 103 e 104;

* 232 – 06.007.12.365.1064.1107.4.4.90.52.00;

* 221 – 06.006.12.361.1063.1106.4.4.90.52.00 – livres, 103 e 104;

* 241 – 06.008.12.365.1019.2138.4.4.90.52.00 103 e 104;

CLÁUSULA SEXTA – ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. Fornecer o objeto contratado de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor.

6.2. Entregar todos os equipamentos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, livres de quaisquer vícios, defeitos ou avarias.



6.3. Quanto ao item 06:

f) A contratada deverá realizar a instalação completa dos equipamentos, incluindo montagem, nivelamento, fixação, conexão às redes de gás existentes, testes de funcionamento, regulagem e verificação das condições de segurança, entregando-o em pleno funcionamento e apto ao uso imediato.

g) Os serviços deverão ser realizados, preferencialmente, em horário que não comprometa o funcionamento das atividades escolares, podendo ser executados fora do horário de aula, mediante alinhamento prévio com a direção da unidade, de modo a evitar prejuízos às rotinas pedagógicas e administrativas.

h) Manter a organização, limpeza e o bom estado de higiene no local onde estiver executando a entrega e/ou instalação dos equipamentos, adotando todas as medidas necessárias, devendo coletar, acondicionar e remover todas as sobras de materiais, embalagens, resíduos e detritos em geral, promovendo a adequada destinação ambientalmente correta, deixando o ambiente em perfeitas condições de uso.

i) Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos causados às instalações físicas, mobiliários, redes elétricas, hidráulicas ou de gás, pisos, paredes, revestimentos ou demais estruturas das unidades durante a entrega, montagem e/ou instalação dos equipamentos, devendo promover, às suas expensas e no prazo estabelecido pela Administração, os reparos necessários para restabelecer as condições originais do local.

j) Adotar todas as medidas de proteção e segurança durante a execução dos serviços de entrega e instalação, incluindo a utilização de ferramentas adequadas, equipamentos de proteção individual (EPIs) e procedimentos técnicos compatíveis com a natureza do objeto, de forma a prevenir acidentes, preservar a integridade dos servidores, alunos e demais usuários, bem como evitar interrupções nas atividades das unidades escolares.

6.4. Disponibilizar suporte técnico durante o período de garantia, inclusive para abertura de chamados, assistência e orientações.

6.5. Atender a todas as solicitações de entrega efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item.

6.6. Adotar imediatamente após o recebimento da solicitação de fornecimento, as medidas requeridas, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

6.7. Entregar os produtos dentro dos prazos, em até 20 dias úteis, contados após o recebimento da Solicitação de Fornecedor, no local estabelecido e atendendo a todas as condições estabelecidas anteriormente.

6.8. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.9. É responsabilidade da contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos decorrentes da entrega e da aquisição dos objetos da licitação.

6.10. Adotar medidas, precauções e cuidados especiais para evitar danos materiais e pessoais a terceiros, pelos quais será inteira responsável.

6.11. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital.

6.12. Deverá manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.13. Não destruir ou danificar produtos por culpa ou dolo de seus agentes e caso aconteça será de inteira responsabilidade da Contratada sua substituição sem ônus para a Contratante.

6.14. Reparar, corrigir e/ou remover às suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição destes.

6.15. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

6.16. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto.

6.17. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional.

6.18. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento.

6.19. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nos termos da legislação vigente e exigências contratuais, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos que integram o Termo de Referência.



6.20. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado.

6.21. Submeter-se à fiscalização empreendida pela Contratante.

6.22. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da contratante, relativamente ao objeto do contrato.

6.23. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, a Contratante em caso de alteração.

6.24. Cumprir fielmente com a execução do Contrato, honrando a qualidade, durabilidade e prazos de entrega.

6.25. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato.

6.26. Quando for o caso e no que for aplicável, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados e prepostos as normas da contratante.

CLÁUSULA SETIMA - ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

7.3. Receber os bens adquiridos, mediante conferência quantitativa e qualitativa, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

7.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

7.5. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto do contrato, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da contratação.

7.6. Cumprir com todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada no prazo estipulado.

7.7. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

8.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato com base no Capítulo V da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

8.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de idoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA NONA - DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

9.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no Art. 137 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e demais pertinentes a espécie.

CLÁUSULA DECIMA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, bem como, inconsistências na prestação dos serviços, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida e permitirá, de conformidade com a legislação em vigor a aplicação das seguintes sanções pela Administração Municipal, garantido a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Capitão Leônidas Marques;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.2. A multa prevista será de 15% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

10.3. Quanto à suspensão temporária ou impedimento de licitar previsto acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21,



quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.4.A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156 da referida lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. A Secretaria de Educação irá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e as obrigações da contratada, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

14.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade no serviço prestado.

14.4. Fica designado como Fiscal do Contrato, Jaqueline Rohr Grohalski Gomes, que irá acompanhar ou fiscalizar a execução do Contrato e as obrigações da Contratada, e poderá solicitar correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, deverão ser sanadas no prazo estipulado, sob pena de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas.

14.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.6. Durante a vigência, esta contratação terá como gestor do contrato, Luiz Carlos Ledur, Secretário Municipal de Educação, ao qual compete administrar todo o contrato desde a sua assinatura até o encerramento com a entrega dos serviços e devido pagamento.

Gestor:



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

Nome: Luiz Carlos Ledur
Cargo: Secretário Municipal de Educação
Matrícula: 124326-1
E-mail: educacao@caplmarques.com.br

Fiscal:

Nome: Jaqueline Rohr Grohalski Gomes
Cargo: Agente de Administração
Matrícula: 123557-1
E-mail: licitacaosemed.clm@gmail.com

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – FORO

17.1. Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente contrato e que não seja dirimida por acordo, as partes se submetem, incondicional e irrevogavelmente, ao foro da cidade de Capitão Leônidas Marques - PR.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavra-se o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Local e data, de de 2026.

ASSINAM:

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: